



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 134

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário 09

Dep. Nereu Moura 11

Dep. Stephanes Júnior 12

Dep. Douglas Fabrício 13

Dep. Edgar Bueno 15

Dep. Elton Welter 15

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 10

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 13

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 19

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 20

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

Redação Final 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 27

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 33

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 33

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo .. 33

Segurança Pública 34

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Contrato de Prestação de

Serviços - 4º Termo Aditivo 34

DIÁRIO Nº 134

124ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE NOVEMBRO DE 2008**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior,

Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Luiz Eduardo Cheida (02).

Ausente com justificativa a Srta. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia com satisfação, a presença, nesta Casa, do Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, Vereador Tony Caldeira.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 677-A/GAB-VG do Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado, comunicando que no período de 12 a 27 de novembro do corrente ano, estará em viagem ao exterior, tendo como destino os Estados Unidos da América, sendo essa viagem de caráter pessoal. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 344/08, da Sra. Maria Cecília Michelotto Centa do Amaral, Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 757/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o nº 401/08/GOV, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência da Caixa Econômica Federal, informando celebrações de Contratos de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, referentes aos Programas FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e Habitação de Interesse Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 413/08/GOV, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação e recursos financeiros em 28/10/08, no valor de R\$ 3.231.166,74 (três milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos), destinados ao estado do Paraná, referente às parcelas dos Contratos de Repasse dos Programas PAC/PPI/Intervenção em Favelas. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 11/10/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária deste dia, devido estar em compromisso inadiável junto ao Poder Judiciário.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Atenciosamente,

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Indicações

INDICAÇÃO Nº 363/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Obras Públicas, a pavimentação asfáltica da avenida Eleutério de Souza Padilha, localizada no município de Contenda - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Julio César de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a pavimentação asfáltica da avenida Eleutério de Souza Padilha, localizada no município de Contenda-Paraná.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão das inúmeras solicitações da comunidade do bairro centro, loca-

lizado no município de Contenda, que há muito tempo reivindicam a pavimentação asfáltica nesta avenida.

Além disso, a referida pavimentação asfáltica traria grandes benefícios aos moradores da região, já que contribuiria para a valorização imobiliária do local e daria melhores condições de vida aos munícipes.

INDICAÇÃO Nº 364/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado de Obras Públicas, a pavimentação asfáltica da avenida Alexandre Jamil Sabbag, localizada no município de Contenda - Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e ao Ilmo. Sr. Julio César de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Pública:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a pavimentação asfáltica da avenida Alexandre Jamil Sabbag, localizada no loteamento São João no município de Contenda-Paraná.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação se justifica em razão das inúmeras solicitações da comunidade do loteamento São João, localizado no município de Contenda, que há muito tempo reivindicam a pavimentação asfáltica nesta avenida.

Além disso, a referida pavimentação asfáltica traria grandes benefícios aos moradores da região, já que contribuiria para a valorização imobiliária do local e daria melhores condições de vida aos munícipes.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 06 do mês corrente, devido a reunião no Hospital Erasto Gaertner para tratar de assuntos de interesse da comunidade, na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo

falecimento da menina Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Encontrada morta na madrugada do dia 05, a estudante de 09 anos, Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre que estava desaparecida desde segunda-feira, estava estrangulada e morta dentro de uma mala na rodoferroviária de Curitiba. Ela era filha do Sr. Michel Genofre e Dona Maria Cristina Lobo e tinha um irmão.

Rachel cursava a 4ª série do ensino fundamental, no Instituto de Educação do Paraná (IEP) no centro e Curitiba.

O trágico passamento da menina Rachel veio entristecer profundamente, não apenas seus familiares e parentes, mas seus amigos entre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada na companhia de seus familiares.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusam-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, pois a saudade que sentirão será imensa, mas temos certeza que o Pai Celeste lhes dará o consolo necessário, neste momento de grande dor.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares da menina Rachel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3164

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Folha de Santa Felicidade pelos 14 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Folha de Santa Felicidade pelos 14 anos de fundação, sempre levando informação e entretenimento à população, através da circulação dirigida ao comércio, condomínios, bancas de revistas e órgãos públicos dos bairros da região norte e oeste de Curitiba e município de Campo Magro, sob a direção geral do Sr. Marcos de Macedo Saldanha, o periódico conquista seu espaço no mercado com ética, profissionalismo, dedicação e isenção, sempre mostrando a notícia ao leitor com clareza nos seus mais diversos cadernos, indo da política ao entretenimento, sempre respeitando o leitor, que pauta o seu crescimento e existência.

REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Escola Ecumênica pelos 35 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Escola Ecumênica pelos 35 anos de fundação, sempre dedicados a educação para a vida, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento das potencialidades do educando, respeitando a diversidade, através de ações com a família e a comunidade, na busca de uma sociedade inclusiva, acreditando no potencial de uma criança com deficiência, com programas de educação infantil, educação escolar, de múltipla deficiência e profissionalização, com proposta fundamentada no paradigma contextual, tendo a arte como princípio educativo.

REQUERIMENTO Nº 3166

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Desembargador Mario Helton Jorge.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Mario Helton Jorge, que assume vaga no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como Desembargador da 18ª Câmara Cível, levando sua experiência conquistada em 18 anos de magistratura, dignificando com seu trabalho a carreira de magistrado, demonstrando seu empenho e dedicação à causa da Justiça, cumprindo com responsabilidade e honradez as suas funções jurisdicionais.

REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Associação dos Grandes Amigos do Meio Ambiente de Guaraniaçu pelo 14º aniversário, comemorado no dia 29 de outubro.

Requer ainda que seja dada ciência à associação, através de sua Presidente, Célis Glávia de Souza, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Um ato de amor. Assim podemos definir o trabalho de quem, por votação e voluntariado, dedica parte do seu tempo em benefício do meio ambiente.

Em Guaraniaçu, a Associação dos Grandes Amigos do Meio Ambiente (GAMAG) desenvolve ações

sociais que merecem de nossa parte todo o reconhecimento público.

Trata-se de um trabalho educativo com intuito de instruir a população da utilização dos recursos naturais de forma sustentável, desenvolvendo atividades que envolvem principalmente as crianças e adolescentes.

Por isso, queremos parabenizar a equipe pela qualidade do trabalho, digno de divulgação, com votos extensivos à Presidente recém empossada, Célis Glávia de Souza.

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações às alunas do Colégio Estadual Floriano Peixoto, Aline Czapiewski e Aline Fátima Barbosa dos Santos, de Laranjeiras do Sul, por terem sido aprovadas no Programa Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados.

Requer ainda, que seja dada ciência às alunas, enviando correspondência ao Colégio Estadual Floriano Peixoto.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que o projeto de lei apresentado pelas alunas do Colégio Estadual Floriano Peixoto, Aline Czapiewski e Aline Fátima Barbosa dos Santos, de Laranjeiras do Sul, foi selecionado para ser apresentado em Brasília.

Na ocasião, as estudantes participam de uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, iniciativa do Programa Parlamento Jovem Brasileiro, que tem por objetivo possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a convivência com o processo legislativo.

Foi uma grande conquista pessoal e acadêmica, sobretudo, porque o projeto de lei por elas elaborado, passou por uma triagem na escola, no Núcleo Regional de Educação e depois pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Ao total, 78 estudantes brasileiros, dos quais cinco paranaenses, tiveram seus trabalhos selecionados.

Por outro lado, é necessário mencionar a conquista para Laranjeiras do Sul, uma vez que esse projeto irá elevar ainda mais o conceito educacional do município.

Por isso, queremos parabenizá-las pela qualidade do trabalho, digno de divulgação, para maior conhecimento do público, com votos extensivos ao professor orientador Arno Mussoi.

REQUERIMENTO Nº 3167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro e ao Diretor-Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, solicitando as seguintes informações e documentos referentes à compra da UEG Araucária Ltda. pela COPEL:

1. Como foi efetuada a compra da UEG Araucária pela COPEL?

2. Qual a modalidade da compra? Anexar cópia da escritura de transferência e dos demais documentos pertinentes.

3. Qual o valor total pago pela COPEL pela compra da UEG Araucária?

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro e ao Diretor-Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, solicitando as seguintes informações e documentos referentes aos pagamentos feitos ao Escritório Pinheiro Neto Advogados quando da defesa dos interesses da COPEL no procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Intermunicipal e no posterior litígio judiciário em face da UEG Araucária Ltda.

1. Qual foi o pagamento total feito ao citado escritório pelos serviços prestados?

2. Como foram feitos os pagamentos? Discriminar valores, datas e anexar cópia dos recibos e empenhos.

3. Houve algum aditivo aos contratos firmados? Em caso afirmativo, discriminar aditivos, justificativas, valores e pagamentos realizados.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 486/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo fiscal a contribuinte que apoiar financeiramente projeto esportivo, nos termos desta lei.

Art. 2º O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Serviço ICMS que apoiar financeiramente projeto esportivo, poderá deduzir a quantia aplicada mensalmente, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido, referente à quota-parte do estado, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

Parágrafo Único. A educação nos termos deste artigo somente poderá ser iniciada pelo contribuinte 30 dias após o repasse dos recursos ao empreendedor esportivo.

Art. 3º Poderão ser beneficiados por esta lei projetos relativos às seguintes modalidades esportivas:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas realizadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades organizadas e praticado de modo não profissional, compreendendo o desporto amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivo materiais para atletas de qualquer idade.

Parágrafo Único. Poderão ser também beneficiados, nos termos desta lei, projetos que visem a aquisição de equipamentos e a preservação, a manutenção ou a construção de infra-estrutura destinada à prática desportiva.

Art. 4º A soma dos recursos do ICMS postos à disposição pelo estado para a finalidade prevista no artigo 3º desta lei não poderá exceder, relativamente ao montante da receita líquida anual do imposto, os seguintes percentuais:

I - zero vírgula zero cinco por cento (0,05%), no exercício de 2004;

II - zero vírgula dez por cento (0,10%), no exercício de 2005;

III - zero vírgula quinze por cento (0,15%), no exercício de 2006 e seguintes.

Parágrafo Único - Atingido o limite previsto neste artigo, o projeto esportivo aprovado aguardará o exercício fiscal seguinte para receber o incentivo.

Art. 5º O contribuinte com débito tributário inscrito em dívida ativa até a data da promulgação desta lei poderá quitá-la em até 180 dias após sua publicação, com desconto de 50% (cinquenta por cento) da multa devida, desde que apóie financeiramente projeto esportivo, nos termos deste artigo.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente de ato praticado com evidência de dolo, fraude e simulação pelo sujeito passivo.

Art. 6º É vedada a concessão do incentivo previsto nesta lei a órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer esfera federativa, exceto:

I - escola pública;

II - entidade da Administração Pública Indireta que desenvolva atividade relacionada com a área esportiva;

III - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada com a finalidade de dar suporte à unidade esportiva pertencente ao poder público.

Parágrafo Único - O total de recursos destinados aos empreendedores a que se referem os incisos I, II e III deste artigo não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da receita do ICMS destinada anualmente pelo estado e projetos esportivos.

Art. 11. É vedada a concessão de incentivo fiscal nos termos desta lei ao projeto em que seja beneficiário o próprio incentivador, qualquer de seus sócios ou instituições a ele coligadas.

Parágrafo Único - A vedação prevista no *caput* deste artigo estende-se aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou ao companheiro do incentivador ou de seus sócios.

Art. 12. A divulgação de projeto financiado nos termos desta lei conterá menção ao apoio institucional do Governo do Estado.

Art. 13. O incentivador que utiliza indevidamente os benefícios desta lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a:

I - multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicando no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias;

II - pagamento integral do tributo, acrescido dos encargos previstos em lei.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que para o esporte crescer é necessário um investimento a médio e longo prazo, e para isso precisamos criar incentivos para que as empresas situadas em nosso estado sejam coadjuvantes nesse trabalho, dando apoio de todas as formas aos atletas.

O esporte vem a ser a maior arma no combate ao consumo e ao tráfico de drogas, pois os jovens que praticam as atividades esportivas se afastam das drogas, e

quanto mais praticantes, menos violência terá em nosso estado.

Como se verifica, esta medida só trará benefícios para o nosso estado, pois estaremos semeando uma nova geração de jovens, com uma perspectiva de vida melhor.

PROJETO DE LEI Nº 487/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Paraná reservará nas Universidades Estaduais do Paraná, o mínimo de 80% das vagas em todos os cursos para vestibulandos aprovados e que comprovem residência por tempo superior a 1 ano em território paranaense.

Art. 2º Para se efetuar a matrícula, além dos documentos normalmente exigidos pela universidade, será obedecido o critério de classificação do estudante no exame vestibular.

Art. 3º As demais vagas serão preenchidas, por ordem de classificação do vestibular, por candidatos que residam a menos de um ano no estado ou que tenham domicílio fora do Paraná.

Art. 4º Caso não haja número suficiente de vestibulando aprovado numa das alternativas mencionadas nos artigos anteriores, poderá ser feito o aproveitamento de candidatos fora desses critérios, obedecendo sempre a ordem de classificação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

No Paraná as universidades estaduais são mantidas com recursos do Governo do Estado.

Pelo auto nível do ensino ministrado nessas instituições, estudantes de quase todo o país e muito até do exterior se habilitam nos vestibulares, na busca de uma vaga nos seus bancos escolares. Esse é o lado bom do sucesso de nossas universidades escolares. Esse é o lado bom do sucesso de nossas universidades. Ocorre que, infelizmente, muitos milhares de estudantes paranaenses ficam privados do acesso às mesmas universidades, pois acabam perdendo o lugar para pretendentes não residentes em nosso estado.

Não se pode cercear o direito dos vestibulandos que não moram no Paraná, daí o presente projeto reservar a eles um mínimo de 20% de vagas em nossas universidades. A presente ressalva deixa as portas abertas para que jovens de todas as partes do mundo também tenham o privilégio de frequentar um curso superior uma universidade pública mantida pelo erário paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 488/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a fabricação e a comercialização da mistura de cola e vidro popularmente conhecida como cerol, bem como qualquer outro produto cortante que possa ser aplicado em pipas ou papagaios.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFIRs.

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da multa a que se refere o *caput* deste artigo será dobrado.

Art. 3º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.
(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa combater a utilização de cerol ou de qualquer tipo de material cortante nas linhas de pipas, papagaios, pandorgas em todo o território paranaense, prevenindo os acidentes que podem ocorrer devido ao uso do referido material.

O cerol é o nome atribuído a uma mistura de cola com vidro moído que é aplicado em linhas de pagagaios, pipas ou pandorgas para proporcionar que a linha de um papagaio corte a linha de seu papagaio oponente.

Seu uso ocasiona muitos acidentes quando a população que circula pelas ruas entra em contato com a linha dos papagaios que utilizam cerol. Tais acidentes podem, inclusive, ser fatais, quando a linha com cerol entra em contato com o pescoço de ciclistas, motociclistas, pedestres, etc.

Um projeto de lei semelhante já foi apresentado nesta Casa pelo Nobre Deputado Ney Leprevost, mas obteve parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça. Isto porque tal projeto não proibia a fabricação ou comercialização do produto, mas sim a sua utilização, intervindo no poder de polícia do estado e delegando atribuições à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros e à Secretaria de Estado da Fazenda.

Ocorre que o projeto apresentado encontra-se em conformidade com os ditames legais e constitucionais, uma vez que exerce a competência concorrente para legislar sobre produção e consumo, constante no artigo 24 da Constituição da República:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
V - produção e consumo;

Desta forma, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, contribuindo assim para a segurança do povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 489/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a notificação compulsória que deverá ser adotada pelos estabelecimentos de ensino do estado do Paraná, nos casos de violência contra a criança e o adolescente.

Parágrafo Único. A violência estará caracterizada quando a omissão do agente resultar em morte, lesão corporal, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos por parte da criança ou do adolescente.

Art. 2º A notificação de que trata o artigo 1º deverá ser encaminhada pela direção da escola diretamente à autoridade policial competente e ao Conselho Tutelar da localidade.

Art. 3º A aplicabilidade do disposto nesta lei não excluirá a incidência de outras medidas de proteção e preservação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 4º A notificação compulsória deverá ser acompanhada de atestado emitido pelos profissionais de educação que detectaram a ocorrência e será feita sob sigilo, vedada a consulta, extração e cópia e informação para terceiros.

Art. 5º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.
(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos educacionais, locais que as crianças e os adolescente freqüentam diariamente, dotados de equipes multi-profissionais, estão capacitados a detectar os casos objeto deste projeto.

Entendemos que o presente projeto poderá contribuir para a ampliação do leque de medidas protetoras da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Cabe ressaltar que tal projeto encontra respaldo nos incisos XII e XV do artigo 24 da Constituição da República, que determina a competência concorrente entre a união e os estados para legislar sobre a proteção e defesa da saúde e proteção à infância e à juventude:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XV - proteção à infância e à juventude;

Desta forma, conto com o apóio dos meus nobres Pares para aprovação deste projeto de lei, que servirá como importante instrumento para proteger as crianças e adolescentes paranaenses e combater a violência no estado.

PROJETO DE LEI Nº 490/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os recursos recebidos pelas empresas concessionárias por propaganda exposta nas rodovias pedagiadas serão destinados às entidades de utilidade pública que cuidam de crianças com necessidades especiais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo beneficiar as entidades de utilidade pública que cuidam de crianças com necessidades especiais.

Os recursos provenientes do pagamento de pedágio recebidos pelas empresas concessionárias são comprovadamente elevadas, justificando-se, então, a destinação de recursos resultantes da exposição de propaganda/publicidade às entidades supracitadas.

Estes recursos serão fundamentais para que os serviços pelas entidades sejam contínuos, eficientes e acessíveis a toda a população carecedora de atendimento especial.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que abordamos ontem é um assunto que realmente está despertando interesse de muitos municípios do Paraná. Ontem mesmo, Sr. Presidente, recebi um e-mail do Sr. Jurandir Albergoni de Moraes de Telêmaco Borba dizendo: “Sou de Telêmaco Borba e acompanhei o seu pronunciamento de segunda-feira. Achei que a minha vontade estava sendo representada pelo seu discurso naquele momento. Parabéns. Parabéns. Estive em Lon-

drina ontem, domingo, para levar a minha filha fazer vestibular na UEL. E aquilo que está acontecendo não podemos nos calar, por esse motivo parabênizo novamente pelo seu discurso.

Sei que o Presidente desta Casa Nelson Justus também está preocupado com o assunto, e me informou que está já cogitando soluções para darmos um basta a esse prejuízo causado à juventude do Paraná por outros estados.

O que hoje vou abordar, tomei conhecimento que o Governo do Estado está mandando mensagens para dar um jeito naquela sobre de dinheiro do orçamento que foi colocado em 30%. Eles não sabem onde gastar esse dinheiro. O dinheiro dos 30% de Educação o estado não teve condições de gastar, está sobrando dinheiro. Srs. Deputados, está Casa não poderia de uma vez por todas se igualar ao Congresso Nacional? Será que não está na hora de nós Deputados Estaduais dizermos ao Sr. Governador Requião, que nós não somos ovelhinhas no seu presépio? Será que não está na hora de cobrarmos para não sermos aqui taxados de mentirosos? Porque nós, os 54 Deputados, estamos sendo considerados mentirosos perante as nossas comunidades. Quando falo que estamos aqui fazendo papel de mentirosos, é que se aproxima mais uma vez a votação do orçamento.

Sr. Presidente, quais os Deputados desta Casa que podem chegar no seu município e dizer: “Olha, o vosso pedido, o pedido do município, o pedido da comunidade foi aprovado pelos nobres Deputados e está hoje sendo entregue, esta grande reivindicação da comunidade”. O Deputado Anibelli pode depois confirmar, se no tempo que foi Deputado Federal, se lá respeitavam as emendas Parlamentares. Não sei, nunca fui Deputado Federal. Mas, os Deputados Federais que tenho contato, todos eles, seja de qualquer partido o Presidente Lula honra os compromissos Parlamentares liberando as emendas parlamentares, inclusive do PSDB e do Partido Democrático que são da Oposição. Como Senadores da República recebem as emendas também. Se está sobrando dinheiro, aquela rubrica da educação de 30% que não há necessidade de gastar 30% e que está sobrando esse dinheiro, ao invés de chamar os Prefeitos e começar a dar cancha coberta. Uso o horário do meu partido, se o Líder do meu partido chegar eu encerro.

Vamos votar orçamento este ano. V. Exa. sabe que estou recebendo, certamente todos os Deputados recebem. Não dos municípios que apoiei, porque Deputado não elege Prefeito é brincadeira quando falam que Deputado elege Prefeito. Isso é utopia, é brincadeira de mau gosto. Porque ninguém transfere voto para eleger ninguém. Se fosse assim em Curitiba o Beto não seria reeleito, porque a força do Presidente Lula é muito forte no Brasil inteiro. E ele não elegeu, foi um fracasso a votação da candidata. Fui eleger o Prefeito de Quitandinha e o Anibelli não deixou.

Nós Deputados não elegemos ninguém, somos eleitos por Vereadores e Prefeitos e líderes comunitários,

mas não temos voto em município nenhum. Já fiz esse teste, teve um município que eu fiz 1 mil e 500 votos e fui de novo candidato e a liderança não me apoiou e fiz dois votos apenas. E mandei uma carta para cada eleitor do município mostrando o que eu tinha conseguido levar para esse município.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Queria deixar claro, nós não elegemos Prefeito, nós não temos esse poder, se tivesse sim era auxílio financeiro, não auxílio de voto. Isso não existe. No entanto, estamos recebendo em nosso gabinete ofícios diversos, diversos municípios inclusive de Londrina pedindo que venhamos a colocar no orçamento emenda para isso, para aquilo. Cria-se uma expectativa muito grande com as emendas parlamentares. Será que algum Deputado conseguiu recursos para suas emendas que foram liberadas pelo Governo do Estado? Se alguém conseguiu gostaria que pedisse um aparte para justificar que não estou certo. Não houve pelo que estou sentindo.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

V. Exa. citou o meu nome. Fui Deputado Federal, em Brasília é muito grande o país é um continente. Então, os Deputados trabalham em cima de liberação de verbas. Mas, existem dois pontos, um que o Deputado põe para o seu município e libera, e outros que correm atrás do 20%, do 30%. Isso é um fato que todo mundo sabe, V. Exa. também sabe.

E o Governador Requião é um homem diferente, foi Senador, foi Governador. Eu, por exemplo, apresento algumas emendas de obras, pontes e estradas, mas 2 milhões que dizem por aí! Para fazer uma ponte custa bem mais; uma estrada, muito mais. Então, você põe 50, 100, R\$ 200 mil para que abra a rubrica. E todo mundo sabe aqui, que essas verbas que os Deputados apresentam e sabemos de colegas nossos, da Oposição ou da Situação, que usam emendas para fazer demagogia. Mandam 800 emendas para vários municípios e nós somos cobrados por alguns companheiros: "O Deputado fulano andou dizendo que colocou emenda assim e assim e você Deputado não pôs." Quer dizer, só se quisermos enganar a população. Fazermos aquilo que de sã consciência podemos fazer, sim. Mas, iludir o povo? Já que os políticos têm tanta má fama, eu não gosto de fazer isso. Faço quando tenho alguma coisa, um compromisso, sabendo da dificuldade. Mas, lutando, brigando como V. Exa. quando estava no nosso partido, no PMDB, V. Exa. tinha liberdade com o Governador, quantas emendas V. Exa. não apresentou e ele liberou os recursos. Melhorias de estradas, escolas, canchas cobertas, ambulâncias.

É um sistema de Governo diferente. Mas, temos que ser autênticos e dizer o que estou dizendo, que acho

que é a minha verdade. O Governador, ele acha e eu acho que não é correto ele achar que o Deputado se beneficia de emendas. Mas, se você liberar 50, 60, 80, R\$ 100 mil não resolve. É mais fácil conseguir a cancha, a Clínica da Mulher que faremos em quase todos os municípios. Se V. Exa. levar uma cancha para cada município ou para alguns municípios, que nós não representamos todos, para um município, Agudos do Sul, que é nosso município, a Clínica da Mulher representa mais que tudo. Uma cancha coberta para um ginásio representa quase tudo.

São coisas assim. Que bom se pudéssemos fazer tudo aquilo que a população pretende e que nós não conseguimos - tanto V. Exa. como nós, como eu, como o Prefeito. Não temos o poder de conseguir tudo, mas realizando em parte estamos retribuindo à população com a votação que nos deu para aqui estarmos.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa., como sempre um defensor do Governo do Estado, não poderia ser diferente.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

E dos Deputados, que sempre defendo esta Casa e cada Parlamentar, da Oposição principalmente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, a indagação que fazemos nesta tarde, será que não está na hora do Paraná tomar conhecimento de que nós Deputados não apresentamos emendas parlamentares porque elas não serão contempladas? Porque o Deputado Anibelli levantou uma questão de enganar. Estamos enganando os Prefeitos que foram eleitos. Estamos enganando as comunidades. Estamos enganando sim, porque eles estão nos encaminhando emendas para que coloque no orçamento e as obras citadas aqui pelo Deputado Anibelli são obras que são contempladas no orçamento que votamos aqui. Estão dentro do orçamento do estado, área de Saúde, de Educação, de Transportes, de Segurança.

O que queremos, Sr. Presidente é não fazer o papel de bobo aqui. Não tem emenda, não tem. Porque como o Deputado Anibelli falou: é o princípio do Governador Requião de não liberar emendas. Por que vamos fazer papel de bobos aqui, de ficar colocando emendas Parlamentares se sabemos que não serão contempladas?

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Cartário, V. Exa. realmente traz a este plenário uma discussão que é de extrema valia.

Se há uma coisa que eu sempre procurei nortear a minha vida pública, é no sentido de falar a verdade. Ninguém gosta de ser enganado. Nós mesmos, muitas vezes, no momento em que definimos um determinado entendimento nos municípios com os cabos eleitorais, procura-

mos tratar com muita clarividência a nossa ação, no sentido de estabelecermos um pacto de lealdade com quem buscamos apoio.

Em contrapartida, é assim que funciona também com os Srs. Prefeitos, com os Srs. Vereadores que alimentam exatamente esta possibilidade de contar com o apoio do Parlamentar no sentido de elencar as prioridades dos municípios e inseri-las nas emendas, no orçamento do Governo do Estado.

Infelizmente aqui no estado o orçamento não é impositivo. Funciona de forma diferente do que ocorre em Brasília. E para nossa tristeza há de se afirmar que os Srs. Deputados, na verdade eles não existem, não são valorizados, ao contrário do que acontece em Brasília. Tanto o Deputado de Governo quanto o Deputado de Oposição em Brasília, ao tempo em que apresentam as suas emendas são realmente correspondidos e o Governo paga. Aqui no estado assim não funciona. Há uma distinção, é lógico, dos Deputados de Governo, na medida em que apresentam as emendas, pode até o Governo não pagar num primeiro momento, mas depois, de uma outra forma, acabam atendendo.

Por isso, Deputado Cartário, eu acho que a Casa deveria tomar uma posição. Com certeza a Comissão de Orçamento deveria tomar uma posição - não acatar emenda de Parlamentar nenhum, até porque isso é um verdadeiro engodo, é uma enganação aos Srs. Prefeitos, e ninguém merece ser enganado.

Por isso parabeno V. Exa. por esse pronunciamento porque realmente é aquilo que todos nós gostaríamos de ouvir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Concluindo, Sr. Presidente, apenas que o Governo está com sobra de caixa na rubrica da Educação. Faremos um apelo aqui ao Governo que pague as emendas parlamentares com esse recurso que tem sobra de caixa, ou então diga, e nós vamos falar isso aqui, o Paraná nos ouve através da TV Assembleia, de que emenda parlamentar é tapeação, é enganação. O Governo do Estado não respeita o Parlamentar, não respeita o pedido das comunidades. O Governador apenas executa obras a seu prazer. Cinquenta e quatro Deputados aqui ficam jogados às traças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acabo de receber uma informação do Serviço de Inteligência local nosso, que a Polícia de Ponta Grossa agora no final da tarde vai anunciar os autores daquele crime bárbaro lá em Castro, que foi no final de semana; e que foi encontrada na segunda-feira, uma menina de oito anos que foi abusada e assassinada lá no Cantagalo II, num belo trabalho das Polícias Civil e Militar.

Então, a Polícia deve agora, no final da tarde, anunciar os autores e automaticamente como tudo aconteceu.

Fica aqui este registro do belo trabalho realizado pela Polícia Civil, Militar, as Polícias do estado, e ao que tudo indica no final da tarde teremos desvendado esse caso em Castro e que chamou a atenção do país e do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu tenho ouvido falar aqui nesta Casa, até mesmo nas conversas que fazemos com os Srs. e Sras. Deputadas sobre a questão da sucessão aqui da Assembleia Legislativa do Paraná. Quero abordar esse assunto porque está escrito neste livrinho que é o que norteia a nossa vida aqui no Parlamento, é a nossa Constituição, o Regimento Interno dessa Casa. Tudo que acontece aqui, deve ou deveria acontecer nos parâmetros daquilo que está inserido nesse caderno que é o Regimento Interno desse Poder, estabelece a convivência dos Deputados, a relação, o que pode e o que não pode um Deputado ou uma Deputada Estadual fazer.

Pois no artigo 7º, Sr. Presidente, do Regimento Interno está escrito em letras garrafais - já observei isso na imprensa do Paraná - que a Assembleia Legislativa antecipa a eleição da Mesa como se o Presidente da Casa estivesse cometendo um desatino. Mas, está escrito no artigo 7º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná que: “no período de 1º a 15 de dezembro segundo ano de cada Legislatura sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição simultânea da Mesa para 3ª e 4ª Sessões Legislativas da mesma Legislatura”. Portanto, não existe absolutamente nenhum ato que não esteja amparado na nossa Constituição Interna, que diz que eleição da segunda Mesa de uma Legislatura dever ser eleita entre os dias 1º a 15 do ano que precede a posse da nova Mesa Executiva.

Já no artigo 5º, Sr. Presidente, diz o seguinte: “A Mesa da Assembleia é órgão colegiado diretor dos trabalhos legislativos e administrativo. Na 2ª Sessão preparatória da Mesa da Sessão Legislativa às 15h do dia 2 de fevereiro”, isso na primeira eleição, “sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior. E nos termos do artigo 4º parágrafo 1º desse Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários. Portanto está escrito aqui no Regimento da Assembleia Legislativa que a eleição se dá num momento único, num momento só. Quando nós Deputados Estaduais votamos para Presidente nós votamos para a chapa inteira porque isso está escrito aqui! Não cabe a nós discutir se vamos manter o Presidente,

Nelson Justus, o 1º Secretário Alexandre Curi e vamos discutir os outros cargos da Mesa porque o Regimento Interno diz que, a chapa tem que ser completa e o Deputado vota na chapa e não na pessoa.

Sr. Presidente, na eleição passada fui oponente de V. Exa., V. Exa. reuniu forças políticas para ganhar a eleição. Quero aqui reconhecer, Sr. Presidente, que o trabalho que V. Exa. vem fazendo, junto com a atual Mesa Executiva merece o nosso respeito, merece o meu apoio particular. Toda a Mesa de cabo a rabo, sem qualquer ingerência na atual Mesa Executiva.

Por isso eu que poderia neste momento, talvez, estar articulando uma chapa, já que há dois anos atrás, eu não tive o prazer de ser o Presidente desta Casa. Naquele momento, imaginava que tivesse as condições, mas nesses últimos dois anos, a Assembléia Legislativa do Paraná cresceu, avançou. Temos problemas, dificuldades, mas percebemos que a atual Mesa tem demonstrado o esforço, vontade política para fazer com que o Poder Legislativo cada vez seja mais intimamente ligado aos interesses do povo do Paraná. Da minha parte, nós ainda hoje vamos discutir isso, Deputado Anibelli, numa reunião da nossa Bancada do PMDB.

Mas, aqui já desta tribuna, eu de antemão digo a todos os Deputados, que da minha parte estou absolutamente satisfeito com a gestão que V. Exa. e os demais membros desta Mesa estão fazendo, buscando transformar à Assembléia, melhorá-la, vencer os desafios que nós temos, os problemas que encontramos e que não são de agora e que é uma missão de todos nós.

Por isso, reconheço as conquistas que essa Mesa Executiva imprimiu à frente do Poder Legislativo. Como Deputado, quero dar o suporte para que nos próximos dois anos possamos avançar mais, crescer mais, melhorar mais e fazer com que a Assembléia Legislativa do Paraná seja cada vez mais respeitada, não só pela imprensa, mas sobretudo pelo povo do nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em meu nome pessoal, Deputado Nereu, e em nome de toda Mesa Executiva, por esse seu gesto de grandeza - que não me surpreende - muito obrigado.

Pela ordem Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O Deputado Duílio Genari, grande Líder do Partido Progressista reuniu a nossa Bancada, que são quatro Parlamentares. A Bancada resolveu, Presidente, hipotecar total apoio a V. Exa. ao Deputado Alexandre Curi na reeleição para Presidente e 1º Secretário.

O Deputado Anibelli também tem a nossa simpatia. É o apoio de quatro Parlamentares sob a liderança do Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Presidente Deputado Nelson Justus, Deputadas e Deputados, o nosso Deputado Capitão Jonas Guimarães, vou pegar um gancho no que falou o Deputado Nereu Moura.

Quero primeiro dizer que concordo plenamente com o Deputado Nereu Moura no que se refere ao trabalho da Mesa. Estou aqui há pouco tempo, mas vi uma evolução muito grande. Primeiro o sistema de informática da Casa, onde você agora pode acompanhar os processos, saber quem fez emendas, quem está relatando, qual foi o parecer dado. A intranet agora está indo para a internet, ou seja, melhorou muito a transparência dos processos legislativos. Da mesma forma o painel eletrônico, acho que é muito importante, valoriza o voto do Deputado, mas a sociedade consegue saber em quem o seu Deputado votou, se ele estava presente, se ele se absteve, se ele votou contra, em cada uma das situações. Isso é muito importante e valoriza a democracia.

Na mesma forma na questão administrativa da Casa, vejo um trabalho muito bem executado, tenho uma satisfação muito grande com o trabalho que V. Exa. e os outros membros da Mesa fazem. Deputado Nereu, concordo plenamente com isso.

Agora, considero o Regimento um pouco dúbio, quando diz no artigo 6º que os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e uma composição desta será assegurada tanto quanto possível à representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares. Os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos, que de acordo com o mesmo princípio cabe-lhes prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas, oriundas da mesma bancada.

Então, o artigo diz isso. Depois, há dois parágrafos contraditórios embaixo. Mas, na hora que tem um artigo que diz: “sem prejuízo de candidaturas avulsas”, isto é questão de interpretação. Mesmo sendo simultânea a eleição, pode-se interpretar que na mesma hora elege-se Presidente, 1º Secretário.

Acho que não precisa ser agora, mas isto deveria ser feito. Acho que nosso Regimento Interno, sobre este aspecto, tem que ser feito. Tenho um projeto que está com o Deputado Nelson, que quando achar que é hora, colocar em votação, porque faz a mesma forma que a Câmara dos Deputados, o Senado, elege os membros da Mesa. Fica bem mais claro que esta redação que está aqui.

Mas, queria abordar que estou muito satisfeito com o trabalho da mesa. E de qualquer forma, acho que a oportunidade de candidaturas avulsas tem que existir. E o Estatuto é dúbio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia atentamente o Deputado Geraldo Cartário e como ele estava com o tempo bastante curto, não foi possível meu aparte. Quero, inicialmente, concordar com o que ele disse aqui, e chamar atenção desta Casa, neste assunto que se refere à emendas parlamentares.

Para início de conversa, imaginemos que os Deputados que estão aqui têm uma estrutura para trabalhar, temos uma Comissão de Orçamento, com técnicos trabalhando, pessoas estudando, dedicando-se. Recebemos, olhem a quantidade de documentos que recebemos dos Prefeitos, Vereadores, lideranças de vários municípios da região e também de fora da região que represento nesta Casa, no ano passado. Para incluir emendas no orçamento.

E conversando com alguns Deputados mais experientes, que já tiveram outros mandatos, desde o primeiro mandato do atual Governador, que já está no terceiro, o que os Deputados me falaram, tanto Deputados da Oposição como Deputados da base do Governo, que é tempo perdido. A Assembléia discute o orçamento, nós colocamos emendas - olha a quantidade de emendas que fizemos e estas são emendas apenas do Deputado Douglas Fabrício - sugerindo verbas, aprovado no orçamento.

Se está aprovado, subentende-se que o Executivo teria que cumprir. Porque o que está sendo pedido aqui é para melhorar a vida dos paranaenses. Cada Deputado indicou, ano passado, R\$ 2 milhões em emendas ao orçamento do estado do Paraná. Obras. E aí o Governador, historicamente, nos três mandatos, não cumpre as emendas dos Deputados. Não cumpre. E com isso, Prefeitos, Vereadores e mesmo Deputados, aqui, quando vão para as bases, dizem que o Deputado bom é aquele que leva obra para o seu município. E tem Deputado, aqui, da base do Governo, que não leva obra para o município, porque o Governo não atende, não cumpre as emendas ao orçamento. E a forma de levar obras aos municípios e através destas emendas.

Então, é desrespeito aos Deputados, tanto de Oposição como de Situação, que o Governo faz, e não é deste mandato. Historicamente ele tem a cultura de não atender emendas de Parlamentares, foi o que me disseram outros Deputados mais experientes nesta Casa. Eu fico com um questionamento, como disse o Deputado Geraldo Cartário: para quê fazermos emendas ao orçamento pedindo obras se ele não vai atender? Para que manter uma equipe de diversas pessoas estudando o que é melhor para cada região, aí nós sugerimos dentro da emenda do orçamento, aprovamos aqui nesta Casa com a votação dos Deputados e aí ele não atender?

E não atende só a mim que sou da Oposição, não atende aos demais aqui que são da Situação.

Então, esse questionamento, Sr. Presidente, é para todos nós, enquanto Deputados, façamos uma reflexão,

porque nesta Casa, embora todos nós sejamos concorrentes politicamente, porque tem municípios em que disputamos espaço político, esta Casa perde credibilidade de todos os Deputados quando o Governo não cumpre com aquilo que aprovamos aqui. São obras que pedimos para os municípios e que são obras importantes, inclusive para o Governo, porque se o Governo fizer, vai facilitar a vida das pessoas. Mas o Governo não cumpre.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Então, imaginamos o seguinte: ficamos aqui trabalhando, e como disse muito bem o Deputado Cartário, qualquer Deputado, seja da base ou da Oposição, que vá a algum município, e lá fale que colocou emenda no orçamento e que vai sair determinada obra em função disso, está enganando o povo. Olha aqui a relação de emendas que este Parlamentar fez ao orçamento do ano passado. O Governo não cumpre. Aí é tempo perdido trabalharmos dessa forma.

Precisamos mudar essa forma de trabalho se quisermos ser valorizados pela comunidade, porque daí ficamos aqui no engana trouxa, porque colocamos no orçamento e o Governo não cumpre. Nós somos enganados.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, o senhor está coberto de razão. O Poder Executivo demonstra falta de respeito para com esta Casa e para com todos os Parlamentares, seja de Oposição ou seja de Situação. Eu não consigo entender um Deputado eleito pelo povo, pelos eleitores paranaenses, no momento em que se faz um pedido, uma solicitação no orçamento, não ser atendido pelo Governador. Não consigo entender. Da mesma forma que eu não consigo entender como um Deputado Estadual tem que vir aqui no Parlamento e brigar, às vezes implorar para pedir informações através de requerimentos. Na minha opinião, um Deputado Estadual tem como prerrogativa a fiscalização e receber todas as informações a respeito do Governo. No momento em que se faz aqui um pedido de informação e é barrado pela Bancada do Governo um pedido de informação, uma solicitação, é porque alguma coisa tem de errado, e na minha opinião tem muita coisa errada nessa atual gestão do Sr. Governador Roberto Requião. Precisamos, sim, levantar a voz aqui no Poder Legislativo, porque os Deputados representam os anseios dos cidadãos paranaenses.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. Mas o grande questionamento que temos que esclarecer à população é que historicamente o atual Governador não valoriza esse item chamado emenda parlamentar.

Então, vamos imaginar qual é o nosso papel aqui, já que ele não valoriza a emenda parlamentar. Estamos

agora discutindo a mini-reforma tributária que o Governo está propondo, e aí sim vai valer muito claramente a posição de cada Deputado, porque me parece, pelos estudos que estão fazendo, que quem vai perder com o aumento de imposto, mais uma vez, é o povo.

Como eu já disse outra vez, sou a favor, sim, dos descontos que o Governo quer colocar em alguns produtos, no ICMS de alguns produtos. Agora, sou contra o aumento que ele quer colocar na energia elétrica, nas telecomunicações e na gasolina. Se quiser aumentar o preço do cigarro e da bebida, para mim não tem problema, mas aí sim a nossa posição clara, enquanto Deputado, porque na história das emendas ao orçamento não conseguimos atender a expectativa da população. Aí fica essa enganação. O Deputado coloca como sugestão de emenda ao orçamento, aprova aqui, todos os Deputados aprovam, votam, e aí o Governo passa o ano inteiro e não cumpre.

O Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Primeiro, obrigada pelo aparte. Quero me posicionar junto ao seu pronunciamento, sou solidária ao seu posicionamento. Ainda, quero falar um pouquinho mais, Deputado Douglas Fabrício. O senhor, assim como eu, é um Deputado de primeira legislatura, primeiro mandato. Nesses dois anos que estive à frente da Assembléia, no ano passado, fui campeã de emendas ao orçamento, inclusive parabenizada pelo Deputado Nereu Moura pelas emendas que propus. Sou agradecida ao Deputado Nereu Moura, como Relator do orçamento. Todas as emendas constam no orçamento do estado e, realmente elas não são cumpridas.

Agora, o que mais me preocupa, Deputado Douglas, é que uma grande parte da sociedade não conhece o papel de um Deputado, que é o de legislar e fiscalizar o uso do dinheiro público, fazer com que a máquina pública produza bens e serviços. Na verdade, lá na comunidade, lá na sociedade, o que eles esperam de nós é que, realmente, levemos a ambulância, ou o ônibus, ou ajudemos a construir a ponte, ou pavimentar um ou outro quilômetro de estradas rurais ou urbanas. Então, essa é a maior preocupação. Quando não se cumpre uma emenda, quando se coloca claramente que cada Deputado terá que colocar 2 milhões, e quando não se cumpre isso, é ruim, mas o pior é a sociedade não entender qual é o verdadeiro papel de um Deputado dentro desta Casa.

Mesmo tendo proposto tantas emendas, sendo autora e co-autora de várias leis sancionadas pelo nosso Governador, quando chego na comunidade, o que cobram é o que você trouxe para esta ou aquela cidade. Portanto, sou solidária ao seu pronunciamento. Queria, realmente, que pudéssemos discutir com a Liderança do Governo a questão das emendas parlamentares, para que possamos trabalhar e, mais do que isso, levar conhecimento, levar para a sociedade o verdadeiro papel dos Deputados.

Obrigada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Eu que agradeço seu aparte, Deputada Rosane.

Existe uma cultura de que Deputado bom é aquele que vai a uma determinada cidade e leva uma determinada obra. Primeiro, tem que esclarecer à população que o Deputado não leva obra, porque aquela obra quem está executando, quem vai fazer é o Governo. Pode ser o Governo Federal, o Governo Estadual, ou o Governo Municipal. Geralmente, fazem em parceria, os três Governos ou o Governo Municipal com o Governo Estadual. Às vezes, pode ser uma obra de um programa de um Governo, como está se colocando agora a questão focada na saúde da mulher, alguns equipamentos para esse tipo de trabalho e, também, como se está fazendo para o ano que vem a questão de ônibus escolar, que aí é um programa do Governo que vai designar determinadas obras para determinadas regiões ou cidades do estado do Paraná. Tudo isso tem que ser aprovado aqui pela Assembléia Legislativa, por todos os Deputados ou pela maioria dos Deputados. Então, aí sim vale o nosso trabalho enquanto fiscalizar, aprovar projetos desta natureza.

Agora, existe uma grande enganação do Deputado ir lá em determinado município e dizer que aquela obra foi ele que conseguiu, porque com o Governo que está aqui, o Governo Requião não existe isso, porque ele não cumpre as emendas que os Deputados estão colocando aqui. E pode conversar com Deputados da base do Governo para saber se ele cumpre ou não cumpre. Ele não cumpre mesmo com os 2 milhões da base do Governo. E com isso quem é prejudicada? A prejudicada é a população.

Então, o nosso pronunciamento nesse sentido é para despertar os demais Deputados que não estão sendo valorizados, não só na questão da emenda, e que os próprios Deputados não se valorizam na cobrança, no seu trabalho aqui, porque o Deputado foi eleito pela população, cada um daqui teve grande dificuldade para conseguir os votos através das lideranças, através das reuniões, através do povo. E agora, quando chega aqui, se imagina que Deputado bom é aquele que vai em determinada cidade e leva uma obra. E às vezes vem aqui e vota contra o povo, como foi o caso, pegando o exemplo do ano passado, na Câmara Federal, a CPMF, que foi um imposto que se dizia que se faltasse esse imposto seria uma dificuldade muito grande para a população. Na verdade, vimos que não foi isso que aconteceu. Foi extinto o imposto e que só da minha região, pegando os municípios, os que contribuía, dava em torno de R\$ 70 milhões. E esse dinheiro, com atitudes dos Senadores que lá acabaram com a CPMF, esse dinheiro ficou em cada município, ficou na mão da população para poder gastá-lo e investi-lo da forma que melhor achasse.

Por isso, fazemos aqui o nosso pronunciamento cobrando do Governo que cumpra as emendas, não só as dos Deputados da Oposição, ou seja, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, ou outros, mas também as emendas dos Deputados que apóiam o Governo nesta Casa, porque ele

não cumprindo com as emendas, ele está prejudicando a população do Paraná, e não só esta Casa.

Então, Sr. Presidente, o nosso pedido é que o Governo respeite esta Casa nesse item com relação às emendas dos Parlamentares.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje eu quero fazer, em nome do PDT, Deputado Luiz Carlos Martins, uma homenagem à eleição nos Estados Unidos. Em nome do PDT, de V. Exa., Luiz Carlos Martins, do Geraldo Cartário, do Augustinho Zucchi, para que fique registrado nos Anais aqui desta Casa, mas também nos Anais do histórico do PDT. Deputado Elio Rusch, esse assunto, com certeza, irá para os arquivos do PDT.

Então, é o seguinte: um povo sem voto é um povo sem força. Isso foi dito por Martin Luther King. Então, ele disse essa célebre frase e isso ficou marcado na história da humanidade. E aí temos que lembrar do George W. Bush, que ganhou a sua reeleição por um acontecimento histórico, a queda das torres gêmeas, o World Trade Center, que foram derrubadas em 11 de setembro de 2001. Pois bem, a queda das torres gêmeas em Nova Iorque, a caça ao Bin Laden e a invasão do Iraque, levaram George W. Bush à uma vitória nos Estados Unidos, para infelicidade da humanidade. Um homem de guerra, um homem rancoroso, um homem que realmente conseguiu atrair a rejeição do mundo para os Estados Unidos.

De tempo em tempo o povo se mobiliza e toma as suas decisões. Nada melhor do que a democracia para garantir fatos dessa natureza. Vimos agora uma aula de democracia nos Estados Unidos, elegendo pela primeira vez um negro para ser o seu Presidente.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A vitória de Barack Obama representa um corte na história da humanidade, não tem importância só para os Estados Unidos, porque pela primeira vez um negro assumirá a presidência do país que é considerado o mais importante do mundo.

Queiramos ou não, o fato é que os norte-americanos vêm ditando normas e norteando condutas em todos os contingentes, os reflexos de suas políticas despertam paixões ou geram conflitos por toda parte.

Mesmo havendo enfrentado e vencido grandes adversidades em sua campanha, Barack Obama deve imaginar que a força de suas palavras e os seus exemplos de vida são capazes de sobrepor obstáculos ainda maiores. É pela palavra e pelo conhecimento.

A persistir com esta sua brilhante trajetória e se quiser corresponder às expectativas geradas, não resta dúvida de que estas continuarão sendo as suas armas invencíveis e ele haverá de vencer, pelo bem da humanidade.

O mundo precisa de paz, não de guerras. Não se pode superar dificuldades gerando conflitos, mas sim através do diálogo e da coordenação pacífica de vontades.

Creio que princípios assim é que fizeram Barack Obama subir, ele não se elegeu pregando a luta de classes e nem mesmo pautou a questão racial na campanha. Ele é fruto da união entre brancos e negros.

Bernice King, filha do saudoso líder da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, Martin Luther King Jr. (1929-1968), celebrou a eleição de Barack Obama afirmando que seu pai estaria orgulhoso com esta vitória.

Luther King foi baseado no Tennessee quando tinha 39 anos. ‘Eu sei que meu pai estaria orgulhoso dos Estados Unidos por isto’, disse Bernice, pouco depois do anúncio da vitória do democrata Barack Obama. ‘Isto significa que o trabalho pelo qual meu pai e minha mãe se sacrificaram não foi em vão’, completou.

Que o legado de Martin Luther King se some à coragem e perseverança do novo Presidente dos Estados Unidos. O mundo espera por ações e atitudes de vanguarda, que espelhem os exemplos de bondade que Barack Obama e o povo mais sofrido trazem de berço.”

Era isso, Deputado Belinati.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter, último orador do Pequeno Expediente.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, eu estava ouvindo atentamente os pronunciamentos dos Deputados acerca de emendas parlamentares.

O ordenamento do Legislativo, quando fala do PPA, da LDO e da LOA, se pulam programas e metas para o Poder Executivo, onde toda essa legislação passa por esse Poder Executivo. São nessas leis que deveríamos nos debruçar, enquanto Poder Legislativo, para que a proposta encaminhada do Poder Executivo seja plenamente executada, de acordo com a votação do orçamento. Esse é o desafio das Câmaras Municipais, dos Legislativos Estaduais e da Câmara Federal.

Estamos tendo avanços com o tempo. Há verbas vinculadas para a Saúde de 15%, para a Educação, 25%, e o orçamento vai ficando amarrado. É importante, do ponto de vista da execução orçamentária. O que defendo e luto, acredito que a visão republicana de qualquer Governo deveria atender Prefeitos, Governadores do país, de uma forma absolutamente de acordo com os projetos e necessidades das pessoas, das cidades ou estados. O

pacto federativo não permite que um Governador ou o Presidente da República prejudiquem uma cidade.

Defendo, na minha visão, a tese das emendas parlamentares é uma tese furada. Nós do Poder Legislativo devemos defender a tese da implementação efetiva do orçamento que votamos. Portanto, acredito que o Poder Legislativo pode inclusive fazer a política daquilo que votamos na lei orçamentária, fazendo indicações legislativas para executar o programa que votamos na lei orçamentária. Acho que seríamos mais eficientes. Acho que se nós, inclusive os Deputados de Oposição, transformarmos aquilo que votamos no orçamento, sem misturar funções executivas que não são nossas, aprovamos aqui indicações legislativas daquilo que é execução dos programas que nós mesmos votamos no orçamento, e acompanhar a execução orçamentária do Poder Executivo.

Esse é o desafio do Poder Legislativo do Parlamento. Vejo as emendas parlamentares no Governo Federal, apesar de que o Lula, em reuniões com Prefeitos, fala e criou um sistema nacional para atender Prefeitos do Brasil todo, porque senão tem que pegar um Deputado Federal debaixo do braço para conseguir a emenda. Infelizmente é assim ainda. E as emendas são formas de amarrar a base parlamentar. É uma forma de comprometer o Poder Legislativo a ter maioria. Por isso não posso concordar, defendo que o Poder Legislativo cada vez mais acompanhe sistematicamente a execução do orçamento. Portanto, quanto mais nós pudermos aperfeiçoar a execução do orçamento com acompanhamento do Poder Legislativo, mais eficiente e valorizado vai ser o Poder Legislativo.

Então, teríamos que trabalhar permanentemente - e isso serve para Deputados de Oposição e de Situação - votar no orçamento a execução do ano seguinte, os Deputados fazerem indicações legislativas para o Executivo implementar aquele programa ou projeto que foi votado no orçamento. E não tentar fazer funções do Executivo. Portanto, seria mais eficiente, melhor para a sociedade, porque daí o atendimento das emendas ou dos programas atenderia indistintamente Prefeitos de todos os municípios. Porque senão o Deputado vai indicar justamente para a sua base eleitoral. Esse é o erro, do ponto de vista do método que existe no país. Por isso que concordo com a postura do Governador do Estado em não permitir emendas parlamentares. E temos que avançar nesse sentido, portanto na execução orçamentária.

Vou dar um dado: a previsão, isso já é uma crítica, que a Fazenda do Paraná fez com relação ao orçamento. O Governo teve a previsão das receitas, que subiriam em 7% daquilo que votamos aqui no Parlamento. E as receitas subiram 18%. Sabem o que significa isso? Aproximadamente, 2 bilhões a mais nos cofres do estado. E nós votamos, autorizamos o gasto desse orçamento e não temos como acompanhar a execução orçamentária com a eficácia devida. É muito, 2 bilhões a mais do que foi previsto daquilo que tínhamos votado aqui. É uma dado recente, que a assessoria da Bancada do PT nos trouxe e é isso que deveríamos discutir, aonde aplicar este recurso, esta eleva-

ção da receita do estado do Paraná. A previsão era apenas 7% de crescimento e subiu 18% a receita do estado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amanhã, dia 12, estaremos praticamente, Deputado Luiz Carlos Martins, o senhor que acompanhou o caso que vou relatar aqui, estamos há praticamente uma semana do ocorrido lá naquela ocupação irregular que agora está na calçada, que foi feito o despejo e as pessoas estão na calçada, quando uma daquelas pessoas, por volta das 20h, foi assassinada com cerca de 20 tiros e esse assassinato ocorreu sem que até agora as pessoas pudessem entender exatamente por quê o Celso Aidt (*sic*) foi morto.

Eu falo isso porque em Curitiba tivemos algumas matérias que saíram recentemente num jornal de grande circulação aqui da nossa capital, colocando inclusive algumas situações, entre elas a situação da Fazendinha. É importante, antes, porém, relatarmos, Curitiba tem hoje cerca de 240 áreas consideradas áreas de sub-habitação ou áreas irregulares. Isso significa dizer que um em cada 10 curitibanos mora numa dessas áreas, o que é um número bastante grande.

Significa dizer também que temos algumas áreas, como por exemplo a Vila Kosmos, que é uma área que talvez alguns dos senhores conheçam, está há 40 anos aguardando regularização. E eu sei que isso não é um processo que vem de um ou outro Governo. Acontece que quase todos os Governos mostram uma insensibilidade muito grande e destinam poucos recursos para a Habitação. Temos um problema crônico de falta de recursos na Habitação. Fui Vereador durante oito anos e por sete anos seguidos apresentamos emendas que, infelizmente, não foram aprovadas, para que constituíssemos aqui o Fundo Municipal de Habitação com 2% do orçamento do município de Curitiba.

O que na época nos levava a fazer essas emendas era justamente o fato de sabermos que poderíamos, desta forma, em cinco anos zerar a fila da COHAB, fila que hoje conta com cerca de 60 mil inscritos. Há um estudo feito por uma equipe da Universidade Federal que demonstra, inclusive, que essas áreas irregulares têm muitas vezes, os terrenos mais caros que os terrenos regulares nas proximidades, porque são áreas que não têm a menor infra-estrutura, são áreas que não pagam IPTU, algumas vezes não têm condições de registrarem seus nomes, aquelas pessoas que estão lá há 10, 15, 20 anos, posse, não tem condições de registrar a posse.

Hoje, como falei, há 240 mil pessoas, 13% da população, que estão comprimidas em cerca de 12 milhões e 300 mil m² - isso significa 2,85% da área do município - dessas áreas, 38% estão em áreas de inundação, 14% sob linha de alta tensão e 12% estão em linha de domínio da antiga Rede Ferroviária.

Essas 60 mil pessoas inscritas, metade é composta por pessoas solteiras e que são sozinhas, elas responsáveis pela sua família, são pessoas solteiras, mas que têm filhos, têm muitas vezes o pai junto, a mãe.

Então, acredito que isso gerou a ocupação na Fazendinha, e já tive aqui oportunidade de comentar, posteriormente comentei com o Deputado Ney Leprevost, que é um Deputado que foi Vereador também e preocupado também com a questão da Habitação, comentei com o Deputado Péricles e aquela área específica foi uma área que teve um problema grave, assim como o Deputado Plauto também sabe que aquela área tem um problema grave de desmatamento muito forte. É uma área que tem um problema mais grave ainda, as empresas que estão lá, a princípio, não têm a escrituração do terreno, têm posse do terreno. Uma das áreas eu até tomei o cuidado, peguei o jornal quando o jornal foi colocado, essa área de cerca de 200 mil m² a Varuna detém posse de 170 mil 895 m², a CR Almeida é dona de 46 mil 588 m², há um outro espaço de 5 mil 460 m² que não pode receber edificações e uma outra parte que não tem registro de ninguém, ninguém é proprietário da área, ou seja, 5 mil 460 m² que ninguém sabe de quem é. Claro que tudo isso fez com que nós tivéssemos, no dia 6 de setembro, uma situação até fora de controle daqueles que por ventura entenderam que deveriam levar aquelas famílias para lá, cerca de 300 famílias entraram na área e na sequência disso 800 quase 900 famílias acabaram indo para lá.

O que chamou a atenção foram as declarações dadas, Deputado Ney Leprevost, e aquele dia o senhor me perguntou quem seriam as pessoas que estariam lá. Segundo o pedreiro, segundo aquilo que está na Gazeta do Povo - e isso deve ser buscado para saber se é verdade ou não - mas segundo o pedreiro José Maria Alvez Coelho: "A ação foi organizada por funcionários de Caco Almeida." Uma semana após esse senhor teria aparecido na área dizendo: "A área não tinha documento e era propriedade da família dele". Eu não sei se isso é verdade ou não. Já falei inclusive com o Deputado Plauto. Agora, é preciso que se investigue. O que não podemos entender é por quê aquelas pessoas foram levadas para lá e foram colocadas para fora, foram colocadas na calçada de uma forma absolutamente condenável. Hoje temos aquelas pessoas que estão morando nas calçadas, na semana passada aconteceu esse fato que relatei aqui, é trágico, porque um senhor que estava junto com mais quatro pessoas fazendo janta, um Golf parou na porta do barraco, três pessoas desceram e em menos de 10 segundos, segundo eles, não sei se isso é possível, não sei se esse tempo seria plausível, mas em muito pouco tempo deram 20 tiros numa pessoa só, que foi o Celso, e em mais ninguém. É

claro que a Polícia deve investigar, está investigando inclusive que empresa de segurança é essa, que pessoas são essas, quem fez isso.

A Prefeitura, num primeiro momento havia solicitado e foi obtida a reintegração da calçada, o Juiz deferiu, posteriormente houve intervenção de outro advogado e da Terra de Direitos e o Juiz cancelou aquela autorização para que fosse feita a reintegração. A reintegração não está atendida. Hoje o Juiz mesmo diz que é preciso que as partes se entendam os moradores, cerca de 100 famílias, talvez menos que isso, 50 famílias que eu acho que é o que tem lá hoje, as 50 famílias que estão nas calçadas que se entendam com a Prefeitura para tentar uma solução. Aliás, por diversas vezes, conversando aqui informalmente com o Deputado Plauto, havia até colocado que era preciso que tentássemos uma solução.

Entendo que algumas dessas situação acontecem porque não temos, de fato, investimentos suficientes em Habitação. Investimos pouco em Curitiba, no Brasil, é de muito pouco tempo para cá que se investe em Habitação e estamos usando um método que me parece que não vai resolver nunca o problema. Segundo o Presidente da COHAB, tem inscritos há cinco, 10, 15 anos na fila, o que é um absurdo uma pessoa esperar por 15 anos na fila da COHAB. Obviamente ele jamais irá terminar de pagar, porque ao término da sua dívida ela talvez não esteja nem viva. Estou falando isso porque são algumas situações, hoje alguns advogados da Terra de Direitos estiveram na área, fizeram contato com a OAB, estão sendo encaminhados diversos documentos para diversas entidades aqui no Paraná, no Brasil todo. Acredito que na sequência disso é preciso que se esclareça, o Celso quando foi morto foi dito que ele teria um mandado de prisão no Rio Grande do Sul. Ontem seus familiares nos procuraram dizendo que isso não é verdade, que ele nunca morou no Rio Grande do Sul. Falei com o Presidente dos Direitos Humanos aqui desta Casa e ele concordou que recebêssemos essas famílias na segunda-feira.

Independente de qualquer coisa que tenha dito ou não, tenho clareza que ninguém aqui concordaria que essas pessoas fossem executadas. Uma coisa não justificaria a outra. O que a família dele alega é que não havia nem mandado de prisão e nem acusação de homicídio contra o Celso. Eles estão procurando reparar informações que saíram, segundo eles, distorcidas nos jornais. Acho que a nós não cabe questionar se essas informações são ou não distorcidas. O que é preciso é que tenhamos esclarecimentos sobre de quem é aquela área. Se ela é, de fato, pertencente a um grupo ou não é? Se ela pode ou não ser objeto de transação coma COHAB? Houve crime ambiental? Quem é o responsável? São aqueles que estavam naquela área? Se são os responsáveis, quem levou aquelas pessoas para que fizessem isso? Porque fizeram durante todo aquele tempo. Durante um mês e meio, praticamente, ficaram sem ser incomodadas. Foram incomodadas uma semana depois das eleições.

Tudo isso vai ser respondido a tempo, espero que seja investigado, principalmente pela Polícia Federal, a situação específica não só da empresa de segurança, que obviamente tem que ser, mas do que ocorreu com aquelas pessoas e como ocorreu o assassinato desse senhor, o Celso.

Acredito, Deputado Plauto, que essa preocupação todos os Deputados têm de resolver o problema da Habitação. Antes de resolver esse problema específico vamos solicitar ao Ministério Público que investigue, de fato, a origem daquela área, se ela tem posse e de quem é a posse. Se tem documentação, de quem é a documentação? Estamos convivendo com uma série de informações que são contraditórias e não é possível que em pleno século XXI continuemos tendo informações que levam a fatos como esse que ocorreu agora na semana passada e que depois coloquemos as pessoas numa situação, ou são párias, estão fora de todo processo porque são pobres. Ali tinha pessoas também que estavam especulando, é inegável que no envolvimento de quase 1 mil famílias tem algumas pessoas que estão ali para ganhar, e para ganhar às custas da miséria dos outros. Quando a COHAB diz que 48 famílias estavam inscritas, é preocupante, porque se tinha 48 famílias que já receberam o lote, é claro que estão erradas. Mas em compensação, temos mais de 900 famílias que nem estão inscritas na fila da COHAB. Isso é grave e tem que ser apurado.

O Sr. Plauto Miró (DEM) (Aparte)

O senhor vem aqui periodicamente trazendo à tona essa questão. Temos uma situação que aconteceu em cima do processo eleitoral, na hora da eleição.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Dia 6 de setembro.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Seis de setembro, dentro do período eleitoral. Onde naturalmente uma área privada foi invadida. Área esta, segundo o senhor mesmo fala, uma parte dela da empresa CR Almeida e outra parte da empresa Varuna. Duas empresas privadas. E um pequeno percentual, alega-se segundo o senhor fala, a imprensa, de que tem uma área de 4 mil metros de um total de 200 mil metros, que é questionável a documentação. Então tem dono. Dois e meio por cento da área que o senhor coloca, que a imprensa traz, que são questionáveis os papéis daquela área. Mas o restante, os outros 97,5%?

O SR. TADEU VENERI (PT)

A Varuna tem posse, estão questionando a posse inclusive. Os 170 mil metros da Varuna estão sendo questionados também. Não são só 2,5%, na verdade é quase 90% da área.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Se 4%, como o senhor falou, não tinha documento, é 12,5%.

O SR. TADEU VENERI (PT)

A posse está sendo questionada, Deputado, porque a Varuna, não tem registro do imóvel, só tem posse. Essa posse está sendo questionada, inclusive pelo Ministério Público.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Eu, pessoalmente, não sei, são palavras. A partir da hora que for apresentada, realmente, a documentação, é uma outra situação. Agora o senhor fez uma acusação grave, de que um candidato a Vereador que não foi eleito, Caco Almeida, mandou entrar numa determinada área, onde esse pessoal invadiu e ocupou por um determinado período. É uma acusação grave.

Essa acusação, segundo o senhor fala, foi de um pedreiro.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Só queria deixar bastante claro para que não tenhamos palavras trocadas. A acusação quem está fazendo, desse pedreiro como o senhor colocou, está na Gazeta do Povo. O que estou lhe colocando aqui o senhor pode ler na Gazeta do Povo de domingo. A Gazeta traz uma matéria, um jornal que o senhor tem acesso, é uma matéria feita pelo jornalista Mauro Konig, que traz justamente. Se o senhor quiser ler o senhor vai ver o que diz. Entrevistando diversas pessoas, entre elas o pedreiro José Maria Alves Coelho, diz: "A ação foi organizada..." E aí vai.

Veja o senhor, não é o Deputado Veneri que está fazendo essa acusação, mas sim a Gazeta do Povo que está fazendo uma matéria. Acho que isso tem que ser apurado, sim. Acho que tanto o senhor, como qualquer um que apure, porque não acredito que a Gazeta do Povo, um jornal respeitado, traria uma matéria dessas, por isso que ela coloca entre aspas, sem que tivesse ouvido essa pessoa. Acho que ninguém aqui acredita nisso. Nem o senhor também vai acreditar que vão inventar o nome de uma pessoa para colocar numa matéria, sabendo que isso pode ter uma repercussão. Não acredito que isso fosse feito, até porque é matéria assinada por jornalista, a matéria traz um responsável. Agora, se o pedreiro falou ou não, se ele está dizendo que é verdade ou não, é esse o motivo, inclusive, que tem que ser investigado, porque se isso for verdadeiro, é grave, é extremamente grave. Se não for também é grave, porque está fazendo uma acusação que não tem procedência.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado, veja que de 400 pessoa que invadiram, um disse que teve motivação política, dizendo que foi o candidato a Vereador que falou para que eles invadissem. Tem que investigar. Da forma como está sendo colocada, para mim causa dúvidas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Nós concordamos com isso, Deputado, não tem a menor dúvida. É justamente isso que venho fazer aqui na

tribuna, acho que hoje, tanto a Polícia Federal, como o Ministério Público, têm que investigar, não só essa situação, como a situação que aconteceu posteriormente, com a morte do Celso.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo ao Horário das Lideranças. PP, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, com a licença do Deputado Waldyr Pugliesi, hoje vou falar na Bancada da Situação. Gostaria, inicialmente, de reiterar aqui as palavras já trazidas a público, do Deputado Antonio Belinati, que falou não só em meu nome, mas também em nome do Deputado Duílio Genari, e da Deputada Cida Borghetti que está em missão oficial no exterior, mas uma vez reafirmando o apoio da Bancada do Partido Progressista, a reeleição do Presidente Nelson Justus para a Presidência da Assembléia e a reeleição do Deputado Alexandre Curi para a 1ª Secretaria desta Casa. Também, evidentemente, reconhecendo os grandes méritos de toda equipe que faz parte da Mesa Executiva e com certeza de que, através do diálogo, os partidos chegarão a um consenso sobre esta questão tão importante, que é a composição da Mesa que administra esta Casa.

E declaro este apoio, Sr. Presidente, porque tenho consciência de que durante sua gestão o senhor tem lutado para aproximar a Assembléia Legislativa da sociedade paranaense, através da criação da TV SINAL, que é um veículo importantíssimo de prestação de contas das atividades parlamentares, através de Audiências Públicas como as que estão sendo feitas em todo o estado do Paraná pela CCJ desta Casa, através do fortalecimento das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa.

Quero dizer que este apoio, Deputado Alexandre Curi, deve-se não só a esta capacidade que o senhor e o Deputado Nelson Justus tiveram para aproximar a Casa da sociedade paranaense, mas também deve-se à maneira cordial, diplomática, conciliadora com que o Presidente desta Casa e o 1º Secretário coordenam os trabalhos do Legislativo Estadual.

Aliás, falando em coordenar os trabalhos da Assembléia, estamos num período muito importante, gostaria de neste período importante lembrar que é momento de elaboração das emendas. E estamos elaborando emendas coletivas da Comissão de Saúde, assim como fizemos no ano passado, sabemos que o Governador não tem por política enviar o dinheiro diretamente aos hospitais, mas eles tem cumprido, na forma de empréstimo de equipamentos, muitas das emendas coleti-

vas que são apresentadas por esta Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, que foram apresentadas ano passado. Inclusive, ao longo deste ano, conseguimos com o Governo do Estado melhorias significativas para o Hospital Pequeno Príncipe, aqui em Curitiba, e também para o Hospital Erasto Gaertner. Conquistamos e isto foi confirmado recentemente numa reunião com o Secretário da Saúde, Gilberto Martin, 1 milhão e meio, alguns equipamentos que chegam ao valor de 1 milhão e meio.

Então, estamos fazendo emenda coletiva no valor de 1 milhão para o Hospital de Clínicas, emenda para aquisição de equipamentos para o Hospital Cajuru, emenda para aquisição de equipamentos para o Hospital Nossa Senhora das Graças, para a Santa Casa de Misericórdia, para o hospital de Paranaguá, para o hospital regional de Londrina, para os centros municipais de saúde de Roncador, equipamentos para o município de Primeiro de Maio, equipamentos para o Hospital Pequeno Príncipe, para centros de saúde do município de Morretes, para o Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, para o Hospital de São José dos Pinhais, para o Hospital Erasto Gaertner, para o Hospital Evangélico, para a Fundação Pró-Renal, aqui em Curitiba, e também para a Fundação Pró-Hansen, que trata pessoas com hanseníase.

Durante conversa com alguns Deputados, no plenário, foram solicitadas mais algumas emendas. O Deputado Dr. Batista, em especial, solicitou também emendas coletivas da Comissão de Saúde para o município de Maringá, e nós estaremos incluindo, também, a exemplo do município de Maringá, se não me engano o município de Araucária, a Deputada Rosane Ferreira também fez uma solicitação

Gostaria de dizer que vamos precisar do apoio de todos os nobres colegas, independente do partido, Deputada Luciana Rafagnin, a senhora que é uma Deputada atuante, trabalhadora, dedicada às causas sociais, à luta pelas melhorias das condições de vida da nossa população, vamos precisar do apoio de todos os Deputados, independente de partido, para que essas emendas possam ser aprovadas no Plenário desta Casa e para que possamos, Deputado Luiz Carlos Martins, ajudar esses hospitais que tanto precisam desses equipamentos para continuar salvando vidas, para continuar atendendo a população paranaense e curitibana.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, quero em primeiro lugar parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exa. faz à frente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, e dentre todas as emendas coletivas que estão sendo incluídas no orçamento de todos os municípios quero também pedir a compreensão dos nobres Pares e de V. Exa. como Presidente, e incluir também o município de Guarapuava com emendas coletivas para a Saúde dos hospitais, de tanto que a nossa gente precisa. Então, pedir a benevolência de

V. Exa. para que Guarapuava também, dentre todos os outros municípios que tanto necessitam, possam estar incluídos junto nessas emendas.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Não tenha dúvida, Deputado Fernando Carli, que estaremos elaborando uma emenda coletiva da Comissão de Saúde, atendendo a sua solicitação, e já concedo de imediato o aparte ao eminente Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Interessante o eminente.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

V. Exa. sabe do respeito e admiração que tenho por sua pessoa, não apenas como Deputado, mas também como grande comunicador que é.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Isso é recíproco, Deputado Ney. Sabe, Deputado Ney, a conversa que eu ouvi o tempo todo hoje aqui no plenário? Já ouvi lá no gabinete, nos corredores da Assembléia, que está sobrando dinheiro no caixa do Governo. V. Exa. ouviu também?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Há quem diga que o Governo está...

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Que está sobrando dinheiro. Enfim, poderia pegar esse dinheiro e mandar para a Saúde Pública, para os hospitais. E só conversar com V. Exa., que está bem por dentro dessa situação, que V. Exa. vai contribuir levando todas as informações e as situações dos hospitais. Então, eu ouvi essa conversa hoje na Assembléia: dinheiro para cá, dinheiro para lá, está sobrando, não sabem o que fazer. Lá na CCJ eu ouvi essa conversa. E a Saúde Pública precisando tanto de hospitais, a Segurança, melhorar o salário dos policiais, da Polícia Civil, Militar, enfim. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Luiz Carlos Martins.

Concedo um aparte ao Deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Ney Leprevost, quero primeiramente parabenizá-lo pelo encaminhamento dessas emendas de diversos hospitais. Mas muitas vezes, e nós que no dia-a-dia nos deparamos com os desesperos da Saúde, nos perguntam muitas vezes qual hospital é referência no sistema público. E é evidente que muitos dos hospitais que o senhor relacionou são hospitais que atendem 80% do SUS. No entanto há hospitais, e eu creio que devêssemos até priorizar os hospitais que atendem preferencialmente

o SUS, porque tenho casos, por exemplo, recentemente aconteceu de um cidadão que foi ao Hospital Nossa Senhora das Graças, com risco de vida, e foi negado o atendimento caso não pagasse o valor particular. É evidente que temos que saber quais são os hospitais que merecem e precisam receber recursos públicos e quais não fazem por merecer, ou não atendem o sistema público, especialmente quando é emergência.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Agradeço a sua preciosa colaboração, Deputado Strapasson, e estaremos priorizando, sim, os hospitais que atendem o Sistema Único de Saúde, conforme sua sugestão.

Só antes de concluir, quero agradecer aqui publicamente ao Deputado Nereu Moura e a Deputada Beti Pavin, que no ano passado nos ajudaram a aprovar, na Comissão de Finanças, essas emendas para os hospitais, emendas que acabaram resultando, de uma forma ou de outra, mesmo indiretamente, em grande ajuda para os hospitais do Paraná. Agradecer a colaboração, Deputado Nereu, Deputada Beti, e pedir novamente o apoio de V. Exas., este ano, para as emendas coletivas da Comissão de Saúde.

Sr. Presidente, agradeço a atenção dispensada e encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB; PDT.

(**Declinam.**)

PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, antes de mais nada, estou desalojando o Leprevost e o Veneri, que ficariam conversando assuntos que não interessam a este orador, a menos de um metro aqui desta tribuna. Tribuna que aliás, recebeu, me parece pela primeira vez, o Deputado Ney Leprevost. Como eu gostaria, Sr. Presidente, que as idéias também pudessem avançar no mesmo sentido em que, muitas vezes, se muda de tribuna ou se coloca, como aqui ouvi outro dia, posições que eu quero contestar.

Veja bem, durante não sei quantos anos, aqui no Brasil, o PDS, o PSD, partidos da extrema Direita, eram seguramente muito ligados ao Partido Republicano norte-americano, como depois, na sequência, o PFL também se identificava com os republicanos e distância dos democratas norte-americanos, mas depois, num jogo de marketing, o PFL se transformou no DEM, no Democratas. Eu ouvi aqui discursos de Deputados dizendo da identificação dos democratas do Brasil, Deputada Rosane Ferreira, com os democratas dos Estados Unidos. Nada mais falacioso do que essa posição. Não existe historicamente

nenhuma ligação, mas com a chegada ao poder de um negro que afrontou, na realidade, tudo aquilo que estava e tinha acontecido nos Estados Unidos.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Logo em seguida, quando alinhar meu pronunciamento terei muito prazer em receber o aparte de V. Exa.

Eu lembro do período ditatorial, sei quem é que esteve com a ditadura, porque ficamos intimamente ligados nas notícias, nos jornais, nos discursos, nas posições. Então, decorre um pouco o prazo pequenininho, historicamente falando, e as pessoas que defenderam a ditadura se transformam nos mais radicais defensores dos direitos humanos. Então, as coisas não são assim.

Estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Veneri, quando ele afirmou que só aqui em Curitiba milhares e milhares de pessoas praticamente vivem na miséria, em subabitações e, depois, temos episódios como esse que ocorreu há dias passados. Então, olha, a exploração no mundo todo está interligada, está globalizada. Quem viu na Rede Globo, hoje pela manhã, no Bom-Dia Brasil, uma reportagem a respeito da vida dos hondurenhos, deve ter ficado com vergonha de ser humano. O repórter da Globo diz o seguinte: “Olha, eu tenho 1,75m, estou aqui na frente dessa hondurenha que tem 1,40m”, um monte de filhos ali do lado, sem dentes, miserável, com 21 anos, não sei com quantos filhos. E ele diz: “Ela não vai crescer mais.” Mas não vai ter condição nenhuma de crescer, nem fisicamente, nem como ser humano. Quando é que uma cidadã como aquela - olha, quero dizer que ela não é cidadã - ela não está na posse dos seus direitos.

Então, fico vendo a reportagem e me lembro que ali na vizinhança o Ortega desencadeou um processo revolucionário e tomou o poder na Nicaraguá. E aí vemos a elite, os bancos morrendo de medo aí pelo mundo afora. Onde se viu esse pessoal que está morrendo de fome se levantar em defesa da própria vida! Eles não querem que os povos tenham o direito de se levantar! Então, agora vemos o quê? Vemos os Governos que não deveriam intervir na iniciativa particular fazer isso todos os dias. E agora não vemos mais reclamação de ninguém, não. Aquela entrada do estado em determinadas atividades da iniciativa particular, que eram rechaçadas totalmente pouco tempo atrás, agora não são bilhões e bilhões. E vemos a miséria ali na Bolívia. Aí se levanta o Evo Morales e os índios, e aí se levantam os brancos que mandam no mundo contra eles. Aí se levantam milhares e milhares de seres humanos pelo Mundo afora. E queremos que eles morram de fome, não tenham acesso a nada. E hoje mesmo o canais de televisão estavam fazendo reportagens em relação à miséria no Piauí, no Maranhão.

Então, o que estamos fazendo? Será que o Lula, meu companheiro, meu Presidente, pegar toda essa

dinheirama que foi acumulada pelos brasileiros e colocar na mão, talvez de banqueiros, para quê? os banqueiros eram os donos do Mundo até outro dia e agora eles precisam do estado! Olha, não é por aí! Causa espanto, porque vemos os partidos praticamente sem rumo, o PMDB, o meu partido, partido que eu presido aqui no Paraná pela quarta vez, que eu fundei. Você vê o Jarbas Vasconcelos falando assim: “o meu candidato à presidência da república é o José Serra. E aí vemos o Michel Temer, que será Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente Nacional do PMDB, dizendo o seguinte: “Nós vamos fazer uma grande coalizão com o PT”. Logicamente que estou, em princípio, predisposto a caminhar com as forças populares, com aquelas que procuram modificar as estruturas que temos, totalmente injustas, aqui no país. Mas, que partidos temos? Partidos que não são obedecidos pelos seus membros? É a coisa mais natural, Deputado Plauto, que me pediu um aparte. Você vê o quê? Vê os membros de um partido varando a cerca para irem pastar no pasto da vizinhança.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Partidos costeando a cerca. Eu só quero lembrar ao senhor, com todo o respeito que eu tenho, do seu partido, porque aqui o senhor se coloca em uma postura defendendo uma linha ideológica. Mas, o PMDB esteve e fez parte do Governo José Sarney, na década de 80. Em seguida, ele fez parte do Governo Fernando Collor de Mello, por dois anos. Em seguida, quando o Collor saiu e o Itamar assumiu, ele fez parte do Governo Itamar Franco. Daí veio o ciclo Fernando Henrique Cardoso, o seu partido por oito anos fez parte e defendeu o Governo Fernando Henrique Cardoso. E agora mudou o ciclo de mando no Brasil do Fernando Henrique para o Presidente Lula e eles agora já estão com o Presidente Lula também.

Não é crítica nenhuma, mas uma análise. Parece-me que o que acontece é que o pessoal costeu a cerca no momento preciso e passou para o outro lado. O que estamos vendo é o seu partido fazendo parte de um Governo há 24 anos no nosso Brasil.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado, V. Exa. não deve ter ouvido na íntegra o meu pronunciamento. O que é que falei do PMDB? Que ele está sem rumo.

Sr. Presidente, aqui no Brasil, se o capeta chegar ao Governo, muita gente será “capetista” no dia seguinte. Sempre eles serão Governo. Dentro do meu partido, como no de V. Exa., existem membros com essa disposição. É a realidade e a verdade pura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ouvi aqui um pronunciamento do Deputado Douglas sobre emendas. Ele criticou alguns Deputados, sobre emendas. E ouvi do outro lado, o Deputado Ney Leprevost falando em emendas coletivas que teriam sido liberadas.

Vou checar essa informação. Quero saber que meios tem o Deputado Ney Leprevost para conseguir liberar as emendas coletivas. Se o Deputado Romanelli não se confabular contra mim, vou fazer um pedido ao Plenário para saber se as emendas coletivas do Ney Leprevost foram liberadas.

Sr. Presidente, estamos com problema de acústica. O Secretário da Casa, Alexandre Curi, agora, poderia fechar com vidro ali nos fundos, ajudando o pessoal da imprensa e a nós também.

Gostaria de desfazer um erro, um equívoco. Fazer uma saudação a um dos mais importantes membros da OAB, de nº 5568, de 1970, do Paraná. Eu tinha cinco anos e jogava futebol no Rio Grande do Sul, quando esse cidadão já era membro da OAB do Paraná, advogado formado. Minha saudação ao Sr. Mário, este brilhante e competente assessor da Mesa, que não é rábula. Parabéns, Sr. Mário. Perdoe-me a minha falha. Nós nunca sabemos tudo.

Deputado Romanelli, falar aqui sobre o projeto de ontem. V. Exa. que se articulou rapidamente para derrubar o meu projeto de hoje, dos trens. Mas eu vim pela linha de Ponta Grossa, mais rápido. Então, ele não vai derrubar o meu projeto. Fiz uma emenda normal e ela fará com que V. Exa. não destile hoje a vontade de me querer no plenário. Essa emenda que fiz volta para a CCJ e depois voltamos a discuti-la.

Quero explicar que essa emenda que estou fazendo permite que o estado financie obras para o sistema viário, mas não que construa obras. Acho que não me fiz entender com esse projeto aqui, porque o que na verdade esse projeto está pedindo é que o Governo do Estado não faça mais financiamentos onde está a linha antiga do trem, que as Prefeituras já compraram. Vou dar um exemplo: aqui em Curitiba tem a Ferrovia, que foi ocupada pelo povo ao longo dos anos. Se lá atrás existisse um projeto que proibisse isso, hoje teríamos condições de ter um trem daqui a Araucária, de superfície, o que seria muito mais barato e já teria acontecido.

Estou propondo esse projeto, que não é meu, é de um professor da Universidade de Ponta Grossa, professor Satiro, em que ele quer proteger as linhas de trem para que daqui a 50 anos nós tenhamos cidades como Ponta Grossa, Londrina, cidades onde passam as antigas linhas de trem, possam ter trem de superfície que o custo seja barato.

Então, o que estou colocando aqui é proteger. Como um rio. O Deputado Péricles uma vez falou aqui e achei correta a comparação: as linhas antigas de trem são como um rio, não podemos obstruir o rio. Deixe-o andar. Porque se cuidarmos, daqui a 50 anos o sistema viário imagine como vai estar. Temos que fazer leis que proíbam os administradores de fazer obras eleitoreiras, muitas vezes, para colocar o seu nome. E colocam em cima da linha que era do trem. Ponta Grossa tem exemplos disso e que precisamos parar, refletir para pensar no futuro.

Mas, vamos voltar no mérito, hoje vai ter uma emenda e essa emenda vai dar um tempo para discutirmos. É claro que é bom ganhar o dia, mas não é bom perder no dia seguinte. Então, já usando da técnica legislativa, fiz uma emenda e ela volta para a CCJ para V. Exa.

Um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Agradeço, Deputado Jocelito. Quero dizer a V. Exa. que pode retirar o projeto da Mesa, porque no mérito, disse a V. Exa. que concordo com o seu projeto. Também reconheço que os leitos das antigas ferrovias que cortam os centros urbanos têm que ter uma destinação, embora saibamos que a competência é dos municípios. No mérito eu concordo com o seu projeto. Disse apenas, ontem, que em reação à questão da constitucionalidade, de fato, V. Exa. verificará que muito provavelmente o projeto vai retornar a Casa.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: pode retirar a emenda, vou encaminhar a nossa bancada para votar, eu mesmo vou votar favoravelmente no mérito do seu projeto. Até porque, Exa., sei perder. Ontem o Plenário votou 19 a 18. Por um voto, mas venceu. V. Exa. terá o seu projeto aprovado aqui pelo Plenário desta Casa e inclusive com o meu voto.

É isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Romanelli. Então vou retirar as emendas e vamos torcer para pegarmos o Governador num dia que não esteja “de mamona”, mas naqueles dias de alegria no “Palácio do Pito” e que dê tudo certo, que ele sancione o nosso projeto.

Sr. Presidente, queria, ao terminar, dizer: está todo mundo falando da eleição da Mesa. Sobre a reeleição da Mesa, acho que é uma consequência pelo bom trabalho que a Mesa realizou. Também concordo com a reeleição de V. Exa. e de todos os membros desta Casa. Mas, queria fazer um pedido: estou aqui com o parecer do Conselheiro Maurício Requião e ele diz que é justo e correto que se pague a URV dos funcionários do Tribunal de Justiça. Não é pagar o atrasado. O que vou lhe pedir aqui, é que no próximo mandato, que a Casa possa dar o mesmo direito que o TJ está dando aos seus funcionários e que eles possam receber aquela diferença em percentual. O TJ vai dar 11,98 para os servidores.

Queria pedir a V. Exa., em nome de todos os funcionários que têm nos ajudado nesta Casa, que eles tivessem o direito de receber esse reajuste, aquele reajuste que o Tribunal de Justiça vai dar, que está aqui, que vamos votar.

Queria que V. Exa. encaminhasse no sentido, inclusive tem aqui uma cópia do parecer do Tribunal, dizendo que, inclusive, Sr. Presidente, não implica na questão do atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então o senhor pode, por lei, fazer isso, e pode, não precisa nem contar o índice do que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Está aqui, dito pelo Conselheiro Maurício Requião, que autorizou o TJ a fazer isso.

Eu sei que pagar o atrasado é uma questão um pouco complicada, mas eu queria pedir a V. Exa., em nome de todos os funcionários desta Casa, que V. Exa. determinasse um projeto de lei, não sei se é projeto de lei ou uma resolução da Mesa, em que os funcionários da Casa passam a receber aquela diferença que o Tribunal de Justiça vai receber.

Acho que o Tribunal de Justiça vai receber, e acho justo que o Tribunal de Justiça receba, que os funcionários recebam, está correto o Presidente do Tribunal de Justiça. Mas eu queria pedir a V. Exa., que terá o meu voto e terá o voto certamente da maioria dos Deputados, que possamos encaminhar também, dando a igualdade aos funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não queria pedir aparte a V. Exa., apenas complementar: a Assembléia já pratica isso.

O que a Assembléia não fez é pagar os atrasados, mas hoje a Assembléia já pratica, desde 2005. A Assembléia já paga. O atrasado que a Assembléia não pagou, mas o Tribunal de Justiça está vindo atrás de nós.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, melhor ainda, Sr. Presidente. Fico mais feliz, porque eu não sabia que a Assembléia já estava pagando.

Se V. Exa. está dizendo que já está pagando, menos mal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tem que brigar pelo atrasado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, vamos brigar pelo atrasado.

Então, vou pedir a V. Exa. que, dentro dos preceitos legais, que o senhor possa também, aos poucos, pensar nisto, porque tem muita gente que se enterrou nos bancos lá atrás nesse processo e até hoje está devendo.

Então, dentro das possibilidades, que se possa atender aos nossos servidores da Casa que têm nos ajudado e sem eles não iríamos a lugar nenhum. Queria fazer este pedido, e ao mesmo tempo dizer que acreditamos que a Assembléia possa, nos próximos anos, continuar

com sua transparência. É claro que ser Presidente da Casa, comandar uma Casa como a Assembléia não é fácil, até porque são 54 Deputados, cada um tem um jeito de ser, cada um tem uma forma de tocar suas coisas. Mas, enfim, tivemos grandes avanços, a TV Assembléia é um avanço maravilhoso que vemos aqui, as pessoas estão assistindo muito a TV Assembléia, tenho recebido diariamente recados de pessoas do Paraná que acompanham os nossos pronunciamentos, esse painel eletrônico nos dá alegria e satisfação de ver quem está no plenário e quem não está, como votam os Deputados, ao mesmo tempo em que podemos acompanhar o que é feito diariamente aqui na Casa.

Então, V. Exa. tem também o nosso apoio, independente de nossas posições, acho que a Casa está caminhando. Tem muita gente que quer que as coisas aconteçam do dia para a noite e as coisas têm que ir acontecendo de acordo como podem e devem acontecer.

Então, quero deixar esse recado a V. Exa. e ao mesmo tempo dizer que possivelmente, na Sessão de amanhã, vamos tratar sobre Plano Diretor das Cidades. Recebi informações aqui e me assustei com alguns números sobre quanto se pagou o Plano Diretor das Cidades, financiado pelo Paraná Urbano. Assustaram-me alguns números aqui, muito altos, uns mais baratos, outros mais caros e assim por diante. Então, Sr. Presidente, espero que possamos, amanhã, tratar deste assunto que acho de fundamental importância para o estado do Paraná.

Por isso, Deputado Alexandre Curi, V. Exa. tem nosso apoio para a reeleição e continue a cuidar da nossa Casa.

E daria mais uma vez uma sugestão: precisamos arrumar o som aqui da Casa. Para arrumar é só colocar um vidro bacana ali, acabam as conversas lá de trás e aí a acústica fica boa aqui. Melhora para a imprensa, que pode ter mais privacidade quando vai entrevistar alguém, e melhora aqui para todos nós, porque o som fica em melhores condições, porque o som que emana de lá é muito forte e ele dá essa diferença que o técnico de som lá em cima às vezes não tem condição de controlar, devido ao som que vem de lá. É uma sugestão de alguém que conhece sistema de som há muitos anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado. No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, na verdade gostaria de falar no horário da Liderança do Democratas, porque o assunto que vou abordar se refere muito mais ao Partido Democratas, do que à Liderança da Oposição.

Ouvi atentamente o Deputado Waldyr Pugliesi, a quem respeito pelo conhecimento que tem, pela carreira política que tem exercido em todas as suas funções, como Prefeito, Deputado Federal, Deputado Estadual, é uma pessoa que merece realmente todo nosso respeito.

Mas neste momento eu queria lembrar um pouco a história política do Paraná e do Brasil, Srs. Parlamentares. Em 1964 tivemos o golpe no nosso Brasil, quando o regime militar, quando os militares assumiram a administração do nosso país e com isso a nomeação do Presidente da República e também dos Governadores de forma indireta, ou seja, aqueles que estavam afinados com o regime militar e com os militares.

Vamos fazer um cálculo aqui no estado do Paraná. Eu conversava agora com o Deputado Luiz Carlos Martins e mostrava para ele os números. Ele me disse que não tinha se tocado, e nem eu. Pois bem, em 1964 tivemos o golpe e os Governadores foram nomeados até 1982. Sr. Presidente, 18 anos de regime militar, ou seja, os Governadores, civis ou não, em todos os estados da federação, foram nomeados. No Paraná tivemos 18 anos os Governadores nomeados pelo Colégio Eleitoral e votados aqui pela Assembléia Legislativa!

Quando foi instituída a eleição direta para Governo do Estado, Srs. Deputados? Em 1982. De 1982 até 2010, que vai o mandato do Governador Roberto Requião, vai perfazer 28 anos de eleição para Governador de Estado. Agora vem o curioso: nesses 28 anos, 20 anos foram administrados pelo PMDB, 20 anos! De 1982 até 2010, 20 anos o PMDB administrou o estado! E vou mostrar quem: o primeiro Governador eleito pela via direta foi José Richa. Depois ele saiu, mas era o PMDB que estava no Poder. Em 1986 foi eleito quem? Álvaro Dias, pelo PMDB ou MDB na época. Em 1990 foi eleito Roberto Requião, PMDB, quatro anos. Aí o PMDB ficou oito anos fora do Governo do Estado. Voltou em 2002 o PMDB, com Roberto Requião e vai permanecer até 2010!

Temos que tomar cuidado quando condenamos a ditadura, o regime militar. Esse autoritarismo tem que acabar! Ora, os Governadores, seja Ney Braga, Jaime Cannet Júnior, foram eleitos pelo Colégio eleitoral, pela Assembléia Legislativa, ou seja, via indireta, 18 anos, 18 anos! Agora o PMDB administra há 20 anos e ainda falam do regime militar. Quando é que vamos assumir definitivamente o Governo do Estado?

Ora, vamos parar de falar de regime militar, vamos parar de falar de Governo passado. O PMDB é Governo há 20 anos no Paraná: de 1982 até 2010, 20 anos! Então, vamos parar de falar essas coisas. E a nível federal o que aconteceu? Regime militar, Presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral, ou seja, pelo Congresso e também pelos partidos. Quem foi eleito em 1985 Presidente da República, pelo Colégio Eleitoral, o último Presidente eleito? Tancredo Neves, e com a eleição de Tancredo Neves criou-se a “Nova República”, a ala dissidente do PSDB, cria o PFL. Elege-se Tancredo Neves.

Infelizmente Tancredo Neves morre e assume quem? José Sarney, indicado pelo PFL, na época, e entra no PMDB, em 1985.

Vem a eleição de 1979 e quem disputa o Governo? O PMDB disputa o Governo; o PFL disputa o Governo com candidato próprio, o Aureliano Chaves. Quem vai para o segundo turno? Fernando Collor de Melo com o Luiz Inácio Lula da Silva. Como os dois foram para o segundo turno, quem apóia o Collor? O nosso partido. Collor é cassado em 1992, quem assume? Itamar Franco. De quê partido? PMDB! PMDB Governo. Vem a eleição de 1994. O PFL, na época, disputa a eleição, sendo vice de Fernando Henrique Cardoso. Fernando Henrique Cardoso ganha a eleição, onde é que vai o PMDB? Ele se gruda no Governo, é Governo com Fernando Henrique Cardoso.

Vem a eleição em 1998. Fernando Henrique Cardoso vai à reeleição. O vice de Fernando Henrique Cardoso é do PFL, disputa a eleição. Quem gruda no Governo? PMDB! Vem a eleição de 2002 com diversos candidatos. Quem disputa a eleição? José Serra, candidato a Presidente da República; Rita Camata, vice de José Serra, do PMDB. Quem ganha a eleição em 2002? Luiz Inácio Lula da Silva, que se elege Presidente da República. Qual foi o primeiro partido a aderir ao Lula, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 já? O PMDB! Quem foi o único partido que fez oposição desde o primeiro dia ao Luiz Inácio Lula da Silva? O PFL, hoje DEM, porque teve a sua linha.

Então, não podemos aceitar que, de repente, as pessoas dizem que o PFL é um partido fisiológico. Não. Nós fizemos oposição e é o único partido que faz oposição desde o primeiro dia até hoje, é o Partido DEM Nacional. Porque não concordamos, como o PT não concordou com Fernando Henrique Cardoso, que era PSDB e o PFL no Governo, com o apoio do PMDB.

Conto essa história e relembro hoje, aqui, para que não se perca na história. Concordo com o Deputado Waldyr Pugliesi quando ele disse que o próprio partido dele perdeu a identidade. Muitos partidos perderam sua identidade e como é que vamos recuperar isso? Uma coisa já existe: a fidelidade partidária. Só espero que o Congresso Nacional não abra aquela famosa janela, dando oportunidade para quem tem mandato, que possa mudar de partido. Quer dizer, existe a fidelidade partidária: não pode mudar de partido. Mas um período, um determinado período do teu mandato: “Olha, em 30 dias você pode mudar. Você pode ser infiel durante um período”. Ora: ou tem fidelidade, ou não tem fidelidade. Ou o mandato é do partido, ou não é do partido. Não é concebido que se abra essa janela.

O que mais precisamos aí na questão da reforma política, essa que o Presidente mandou para o Congresso, para o Senado: espero que os Senadores, que os Deputados Federais, pensem para resgatar a credibilidade da classe política. Sim, se faz necessário a cláusula de barreira, a coincidência de mandato e inúmeras outras ques-

tões que estão sendo levantadas e debatidas no dia-a-dia. Eu, particularmente, defendo a coincidência de mandatos. Agora, temos de respeitar a decisão do Congresso. Mas querer dizer que o DEM, ou o antigo PFL, representamos o continuísmo, ora, santa paciência! Vamos olhar no espelho e ver o que cada partido representa apoio aos Governos, tanto Estaduais ou mesmo ao Governo Federal.

Por essa razão, como Deputado e como democrata do partido que pertencemos, com tantos outros partidos e respeito a todos, mas não posso aceitar de forma alguma. Vejo a indignação do Presidente do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, com quem concordo em tese em muitas afirmações, mas não posso aceitar muitas vezes as colocações ou as provocações que existem em relação ao nosso partido. Quando administramos, a nível nacional, participamos de todas as eleições, disputamos com candidato. Quando ganhamos, nós administramos. E quando perdemos, fomos para a Oposição porque os eleitores nos colocaram. Agora, quem disputou com candidatura própria, quem encostou na cerca, me perdoem, mas foi o PMDB a nível nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Esta Presidência, apenas para responder ao Deputado Jocelito Canto, nossa assessoria, Deputado, ao tempo em que agradece em nome de todos os servidores da Casa, mas o último ato praticado pela gestão que me antecedeu foi o de conceder aos servidores efetivos, estáveis e inativos - excluídos os ocupantes das carreiras de Procurador e Consultor Técnico do Quadro Legislativo, o reajuste de 11,98 - URV, em seus vencimentos, a partir de janeiro de 2007. Portanto, a Assembléia já pratica a URV. Fica o esclarecimento e o agradecimento da sua preocupação em nome de todos os servidores da Casa.

Com a palavra o Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Queria dizer aos nobres Deputados e ao Deputado Elio Rusch, vejo V. Exa. na tribuna, batendo no peito do orgulho de ser PFL. Eu entendo sim! Quem viveu a ditadura aqui neste país sabe muito bem o significado que tivemos quando foram suprimidas as liberdades públicas, quando da tribuna desta Casa, os Deputados do MDB, como o valente, corajoso e coerente Waldyr Pugliesi estava aqui combatendo a ditadura, os Deputados da ARENA estavam aqui lambendo as botas dos Generais e comandavam e infelicitavam este país aqui.

Triste momento vivido aquele, da ditadura militar, que infelicitou este país. Como é bom, hoje, ver V. Exa.

poder subir a essa tribuna e falar o que quer e como quer, para quem quer. E o nosso partido, o PMDB, foi assim o grande caudatário da expiação desse povo por uma mudança, por uma transformação, por liberdade foi o país que fez, foi o partido que fez a redemocratização, fez as Diretas Já, fez as constituintes com o Dr. Ulysses - Dr. Diretas. Na verdade, Deputado Elio Rusch, quando Ulysses Guimarães e Tancredo Neves chamaram Aureliano Chaves que representava a parte dissidente da ARENA, do PDS, na verdade demos uma chance para que o PFL pudesse se reciclar.

E temos que reconhecer sim, até eu, que o Presidente Lula desse um murro na mesa e dissesse: "Basta". Até esse momento, enquanto o Presidente Lula não desse um murro na mesa. O Presidente Lula disse: "Não, chega de PFL", e ao PFL só restou um caminho: o da Oposição, o da negação, o partido que fez de tudo para que o Governo do Presidente Lula não desse certo. E que dá muita dor de cotovelo, basta ver os números das eleições deste ano. Sei que quando pisamos no rabo do gato, o gato mia. O fato concreto é o seguinte: aqueles que serviram a ditadura sabem o quanto mudou este país, o quanto que nos últimos 20 anos, que o Paraná foi governado pelo PMDB, foi governado por homens dignos, foi governado por José Richa, do PMDB; João Elísio Ferraz de Campos, do PMDB; Álvaro Dias, Roberto Requião. Os nossos Governadores, foram Governadores que construíram um estado moderno. Sei que dá muita dor de cotovelo V. Exas. verem o nosso Governo, incomoda muita gente mesmo, incomoda ver um homem da história, da coerência, da vivência do Waldyr Pugliesi, que vem aqui já com uma experiência grande na vida, mas vem aqui e de forma coerente ele manifesta o seu pensamento.

Por isso, Deputado Péricles, viva o Presidente Lula! Estamos libertos do PFL! Até porque verificamos, Deputado Nelson Justus, que o PFL já nem existe mais, mudou de nome, se reciclou. Até para que o povo pudesse esquecer. Se esqueceu tanto que vemos o desempenho. Quero dizer, Sr. Presidente... aliás ontem, Deputado Nelson Justus, V. Exa. talvez não saiba, mas o Líder da Oposição lhe renegava pelo comitê de imprensa da Casa, dizendo que V. Exa. não era da Oposição, questionando até ...

(Tumulto no plenário)

... falou sim, falou pelos comitês de imprensa, os jornalistas todos sabem o que o senhor falou. Falou sim, foi renegado Presidente Nelson Justus. Mas nós lhe acolhemos, gostamos e temos o maior respeito por V. Exa. V. Exa. nem pegou o PFL, é de um novo tempo. Agora, esses filhotes da ditadura, claro, não gostam de lembrar desse tempo triste. Reconheço que é muito difícil mesmo.

Quero, Sr. Presidente, dizer que essa discussão que travamos nesta Casa, quero dizer, Deputado Elio Rusch, que o nosso partido, o PMDB, de fato teve um desempenho nessas eleições que foi surpreendente. Saímos como o maior partido do país, fizemos mais de 1 mil e 200 Prefeituras, mais de 8 mil e 500 Vereadores, temos maioria

no Senado, maioria na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, e temos, sim, um relacionamento com o Governo do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, porque o Presidente Lula procurou o PMDB para buscar uma grande aliança para governar este Brasil. Porque sabia o seguinte: não queria o Presidente Lula, no seu Governo, os patrimonialistas. Não queria. O Presidente Lula disse: “Não quero os patrimonialistas no meu Governo.” Fez aliança com os partidos, corte social democrata, para que pudesse, de fato, ter governabilidade neste país.

O mais interessante, Deputado Traiano, V. Exa., que está aí também dolorido, um pouco pelo PFL, fico surpreendido, porque o PSDB nacional tinha assediado o PMDB, buscando construir uma aliança para 2010. Estranha-me inclusive o seu comportamento, que está em absoluta dissonância com o pensamento do PSDB nacional.

O fato concreto é que temos que reconhecer que vivemos numa época que todos nós aqui, os que têm mais experiência em que as questões dos valores de uma sociedade, olha aqui, vejo por exemplo que as bandeiras dos PFL têm sido renegadas. Estou aqui com o estudo da FIEP para falar sobre a reforma tributária. A FIEP dizendo do impacto positivo da minha reforma tributária, para quem? Para o assalariado, das classes C, D e E. V. Exas. têm renegado até ideário neoliberal, que é de economia de mercado, da competitividade.

Temos que reconhecer o seguinte: O Presidente Lula da um show! Eu sei que dói saber o número de empregos que foram gerados e criados neste país. O nosso país está enfrentando a crise. Sabemos que a crise chega até aqui. Claro que chega, mas o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula está enfrentando a crise com coerência, com firmeza, e nós certamente vamos ter condições de que seja, de fato, como disse o Presidente Lula, uma marolinha somente, que possamos superar essa crise. Eu, pessoalmente, tenho dúvidas se é só uma marolinha, mas temos que reconhecer: que tempo bom esse que nós vivemos!

Como foi bom ver o Barack Obama ganhar as eleições dos Estados Unidos, para mudar a história. Sei que ouvi alguns discursos aqui daqueles que apoiavam o Partido Republicano. Quem não leu é só ler o discurso do Barack Obama, para quem o Barack Obama quer governar. Ele não quer governar a Wall Street, ele quer governar para Main Street. Traduzindo, para quem não sabe, Main Street são os vendedores ambulantes.

Ou seja, tem um rumo esse país, e a economia mundial vai ter uma outra realidade. Na verdade, é que a Direta, na verdade, já viveu o seu tempo. Acabou a época da Direta. A Direta só consegue governar quando é apoiado pela Centro-Esquerda. O fato concreto é esse. A Direita está fora de moda no mundo inteiro.

Vou encerrar o meu pronunciamento dizendo o seguinte: viva a democracia? Viva o PMDB! Viva a liber-

dade de expressão, especialmente àqueles que serviram à ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de convidar V. Exas., para a Sessão de amanhã, no Grande Expediente, esporadicamente esta Casa já faz isso há algum tempo, vamos receber aqui o Presidente do CREA, o engenheiro Álvaro Cabrini Júnior. Nessa oportunidade será proposta uma cooperação entre a Assembleia e o CREA, no sentido de contribuir com o processo legislativo como parte da agenda parlamentar.

Acho importantíssima essa discussão que teremos amanhã, por 30 minutos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência no dia de hoje (11/11/08), devido a um compromisso inadiável junto ao Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 363/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas a pavimentação asfáltica da avenida Eleutério de Souza Padilha, no município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 364/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas a pavimentação asfáltica da avenida Alexandre Jamil Sabbag, no município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3163, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência em plenário no dia 06/11/08, devido a reunião no Hospital Erasto Gaertner para tratar de assuntos de interesse da comunidade, na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 348/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagens nº 022/08, que altera a redação do artigo 773, da Lei nº 4978, de 05/12/64. (Conselho Estadual de Educação do Paraná). **Aprovado. (Publ. no DA nº 093, de 12/08/08, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 406/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária - ACIAA, com sede e foro no município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 407/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual, a Associação do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro no município de Cianorte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe que o Governo do Estado do Paraná construa obras, bem como libere financiamento para tal fim, sobre malha ferroviária instalada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/08, de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Cida Borghetti, que denomina rodovia José Carlos de Carli, o trecho da estrada estadual PR-454, que liga Astorga à Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros. COM PARECERES

FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui o Dia do Rio Paranapanema. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aquarela, com sede no município de Curitiba, comarca da região metropolitana de Curitiba foro central. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 018, de 12/03/08, em Projeto de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 084/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, em seu artigo 144 e na Constituição Estadual, em seu artigo 46 que asseguram:

A Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio (...).

Dentro deste paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 084/08

Art. 1º É obrigatória a instalação de detector de metais, fixo ou portátil, em todos os acessos às plataformas ou portas de embarque de passageiros das estações rodoviárias e ferroviárias do Paraná.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 084/08

P A R E C E R :

Da autoria do Deputado Edgar Bueno, trata o presente Projeto de Lei nº 084/08 impor obrigatoriedade de instalação de detectores de metais, fixo ou portátil, em todos os acessos às plataformas ou portas de embarque de passageiros das estações rodoviárias e ferroviárias do Paraná.

Uma iniciativa que visa à prevenção de assaltos à ônibus e tráfico de armas e munição no sistema de transporte coletivo estadual.

No que compete à Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, observada a emenda modificativa ao projeto de lei da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, e em conformidade com o Regimento Interno, por ser objeto de relevante interesse público e estando de acordo com a técnica legislativa e constitucionalidade, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/10/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que normatiza a inclusão do gênero feminino, onde couber, no uso da linguagem para cargos na Administração Pública. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 113 de 17/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 389/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo normatizar a inclusão do gênero feminino, onde couber, no uso da linguagem para cargos na Administração Pública.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição, que em seu artigo 5º, I, determina a igualdade entre homens e mulheres, sem qualquer distinção:

Art. 5º Todos são iguais, perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

A leitura do artigo supracitado, juntamente com o artigo 23, I, que impõe para todos os entes federativos a guarda a Carta Magna, assegura a constitucionalidade do projeto em análise. Veja-se:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Parece fundamental destacar que a igualdade entre homens e mulheres assiste a progressos, porém ainda existem muitas áreas em que a discriminação ainda predomina. É cediço que o tratamento predominante, quando do uso do plural, será o gênero masculino. Entretanto, muitas mulheres vêm nessa norma gramatical uma forma de preconceito.

Nesse sentido, o presente projeto visa suprir essa incorreção gramatical, buscando sanar essa forma, ainda que sutil, de discriminação, razão pela qual encontra respaldo na Constituição Federal.

Em relação a existência de lei federal, destaque-se que a legislação ora em vigor, Lei nº 2749/56, diz respeito tão-somente aos Órgãos da Administração Pública Federal e Autarquias, conforme artigo 2º da mencionada lei:

Art. 2º A regra acima exposta destina-se por natureza as repartições da união federal, sendo extensiva às autarquias e a todo serviço cuja manutenção dependa, totalmente ou em parte, do Tesouro Nacional.

Dessa forma, a lei estadual, tendo em vista a competência legislativa comum, conforme artigo 23 da Constituição poderá criar normas disciplinando a mesma matéria regulada pela lei federal.

Mesmo em nível federal, existem projetos de lei, tanto da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 4610/01) quanto do Senado Federal (Projeto de Lei nº 306/05) que visam à regulamentação da inclusão do gênero feminino nos textos normativos.

O projeto de lei da Câmara, inclusive, após emenda substitutiva pelo Senado Federal, prevê que a regulamentação seja feita através da Lei Complementar nº 095/98, que versa sobre técnica de redação legislativa:

Art. 1º O artigo 11 de Lei Complementar nº 095 de, 26/02/98, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, obedecendo, no que couber, aos preceitos de linguagem inclusiva, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

IV - em obediência aos preceitos da linguagem inclusiva, nos casos em que inclusiva referido projeto, entretanto, ainda que venha a ser aprovado, não haverá restrição quando a aplicabilidade da norma estadual, uma vez que esta estará em consonância com a legislação federal.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual, A Associação de Proteção dos Animais, no Meio Ambiente e do Direito Humano, com sede e foro no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121 de 15/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 411/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública estadual a Associação de Proteção dos Animais, do Meio Ambiente e do Direito Humano, com sede e foro no município de Guaíra.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/877, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Deficientes Físicos - AMDF, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127 de 28/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 448/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado

Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Deficientes Físicos - AMDF, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que cria Frente Interparlamentar Paraná - TUCUMAN, estabelecendo parceria entre a Assembléia Legislativa do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucumán (Argentina). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081 de 08/07/08, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/08

P A R E C E R :

O Projeto de Resolução nº 014/08, de autoria do ilustre Deputado Ribas Carli Filho, Presidente da Comissão do MERCOSUL e de Assuntos Internacionais, nesta Casa, e também membro do PARLASUL.

A proposta legislativa tem por objetivo criar a Frente Parlamentar Paraná-Tucuman, estabelecendo parceria entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucuman, Argentina.

Os projetos de resolução, segundo *caput* do parágrafo 2º, do artigo 121 do Regimento Interno desta Casa, "...destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo, e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos".

Na justificativa da proposta de resolução em análise, o autor esclarece que entre os objetivos da criação da Frente Interparlamentar Paraná-Tucuman, está o de dar continuidade e de produzir resultados práticos para a sociedade, relativamente ao protocolo de intenções firmado entre o estado do Paraná e a Província de Tucuman, em 5 de maio último e que deu origem à declaração de Curitiba, firmada entre os Presidentes dos respectivos Poderes Legislativos no dia 19 de junho deste ano.

Com a criação da Frente Parlamentar o autor da proposta pretende viabilizar, direta ou indiretamente, o intercâmbio comercial, industrial, agropecuário, educacional, tecnológico, em todos os campos do conhecimento humano, visando ainda a realização de ações bilaterais nos segmentos, tanto da iniciativa privada como governamental, revestindo-se o projeto de cunho altamente político e propositivo.

Ante o exposto e verificada a conformidade da proposta perante os ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável ao projeto de resolução em apreço.

Sala das Comissões, em 04/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3116 de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, embora ontem já tenha informado a esta Casa, referente a 2007, o montante que foi recolhido pelo setor supermercadista foi o total de R\$ 183 milhões que foram recolhidos e que apenas R\$ 8 milhões e 900 mil foram compensados administrativamente, ou via judicial de precatório com o débito de ICMS. Informe-me dos números de 2007. Mas entendo que o pedido de informação do Deputado Reni Pereira é importante, ele formaliza o pedido de informações e efetivamente entendemos que devem ser prestadas as informações, são relevantes e devem ser muito bem esclarecidas, até para poder, de forma absoluta, desmentir aquilo que foi dito, na minha avaliação, precipitadamente na semana passada, embora se lance ao vento a informação sem que ela de fato seja real. Mas nós encaminhamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, ouvindo o pronunciamento do Deputado Romanelli, e ouvindo outro dia o nosso intelectual das finanças do estado, homem preparadíssimo, pois faz parte da Receita Estadual, e me chama atenção agora que o Deputado Romanelli fala que só uma parte dos precatórios estão sendo compensados, e existe uma preocupação porque via aqui o Deputado Caíto Quintana, que não o vejo na Sessão hoje, dizer que é um direito adquirido de se compensar os precatórios. Mas me chamou a atenção aquilo que disse o Deputado Romanelli, de que tem uma ordem cronológica do pagamento desses precatórios. Então, é isso que me preocupa: se tem uma ordem cronológica dos pagamentos, como é que se autoriza a fazer essa diferença e se receber esses precatórios, mesmo com questão judicial? Porque se a lei diz que tem que haver uma cronologia, que tem que ser de acordo com o número do momento em que foram definidos os precatórios, como que o Poder Judiciário determina que o estado receba algum precatório, ou faça com que aquele precatório possa ser recebido, mesmo que não se cumpra a ordem cronológica, Deputado Romanelli? Essa que é a preocupação.

O Deputado Reni trouxe uma informação que eu acho que vem sempre da Receita, porque o Deputado Reni sempre tem pessoas lá dentro, amigos, funcionários, e ele

traz essa informação que vem com profundidade, vem lá da Receita. Então, estou preocupado com essa questão. É preciso prestar muita atenção com esses precatórios, tem muita coisa acontecendo por aí, tem gente ganhando muito dinheiro com precatórios, é um joguinho de cena aqui, ali, mas tem gente tipo aquele papa-tudo, papando tudo, e alguns fazem de conta que não vêem. E tem jogo de cena, manda entrar aqui, fazer ali e paga. Então, quero deixar esse detalhe, que fique registrado nos Anais desta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu acho que o Líder do Governo se equivocou no requerimento, porque o requerimento que eu fiz, em nenhum momento ele cita o setor supermercadista. Acho que se ele entendeu setor supermercadista ele se equivocou, e o que estamos pedindo é justamente o montante do valor de precatórios compensados administrativamente ou por via judicial, nos últimos anos, alimentares ou não alimentares, dos vários setores econômicos que estão sendo beneficiados pela reforma.

Não citamos o setor supermercadista, o setor de autopeças, até porque a reforma, segundo se anunciou e segundo tivemos conhecimento, não é destinada para beneficiar apenas o setor supermercadista. Então, para esclarecer, é uma informação importantíssima, sim, porque temos que saber se, eventualmente, em outros setores, não só no supermercadista, e também no setor supermercadista, estão sendo pagas as dívidas. Se não estiverem sendo pagas - eu fiz essa ressalva - em nenhum momento fiz a afirmação, mas sim a ressalva de que se não estiverem sendo pagas, em pouco terá implicância na reforma tributária. Se estiverem sendo pagos com precatórios, é legal, tanto é legal que o Judiciário tem se pronunciado a favor de alguns contribuintes.

É apenas uma informação, que pode mudar o convencimento de alguns Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Romanelli já encaminhou favoravelmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já encaminhei, por isso não vou encaminhar de novo, mas acho que o Deputado Reni Pereira não estava na Sessão de ontem e não escutou. Deputado Reni, eu dei a informação da tribuna, que é o seguinte: no ano passado foi recolhido pelo setor supermercadista R\$ 183 milhões e 500 mil de ICMS. Desse total, foram compensados com precatórios R\$ 8 milhões e 900 mil. Já dei essa informação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Mas a reforma não é só para o setor supermercadista!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas estou falando especificamente do setor supermercadista. Claro que pode falar tudo isso. É que V. Exa.

falou dos supermercados, na última quinta-feira, então, por isso que estou me referindo ao setor supermercadista. É isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3132, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 3167 e 3168, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Rejeitados.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário à aprovação do presente requerimento de pedido de informação sobre a questão dos pagamentos feitos da compra da UEG Araucária. É um tema que já foi profundamente abordado por esta Casa, pelo Governo. Isso já foi discutido. Entendo que, na verdade, é o seguinte: além dele, tem outros dois que tratam do mesmo tema, é única e exclusivamente para promover desgaste político do Governo. Nada mais que isso.

Entendo que o Deputado Jocelito está com muito mau humor, por conta, é claro, dos resultados das eleições em Ponta Grossa. Entendo que isso faz parte do processo do jogo democrático, mas entendo também que esta Casa aqui não pode ficar sendo pautada, única e exclusivamente, pela vontade do Deputado Jocelito. Então, quero aqui encaminhar contrariamente.

Queria chamar a atenção dos Srs. e Sras. Parlamentares para votarem contrariamente ao presente requerimento. Gostaria, Sr. Presidente, por economia processual, que fossem votados os três requerimentos juntos e que fosse, na verdade, votado no painel. Quero indicar aqui a todos os Parlamentares que votem NÃO nos presentes requerimentos.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de pedir ao ilustre Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando vamos discutir um requerimento, um pedido de informações, que ele não desvirtue, que não venha querer ofender os Parlamentares. Quando o Deputado Romanelli encaminha contrário a esse requerimento, é um direito que ele tem, como é um direito de qualquer Parlamentar encaminhar favoravelmente. Mas o Deputado Romanelli, Líder do Governo, não tem o direito, quando encaminha esse requerimento, de fazer menção

em relação à votação que o Deputado Jocelito Canto teve na cidade de Ponta Grossa. Acho que aí é querer ofender pessoalmente o Parlamentar e isso, eu como Parlamentar, não posso aceitar de forma alguma, nem ao Deputado Jocelito e a nenhum dos 54 Parlamentares.

O que vamos discutir aqui é o requerimento e as proposições e não vamos levar em consideração a votação que os Deputados obtiveram quando foram candidatos, ou que não tenham sido candidatos. Isso é uma ofensa e espero que o Presidente, Deputado Nelson Justus, mande retirar das notas taquigráficas essa expressão que o Deputado Líder do Governo usou em relação à votação que o Deputado Jocelito Canto teve na cidade de Ponta Grossa. Não posso aceitar, como Parlamentar e como democrata. Espero que o Líder do Governo se atenha, exclusivamente, àquilo que é discutido aqui na Assembléia Legislativa. Isso manda a boa técnica, isso manda o respeito, isso manda a democracia.

E não vejo razão nenhuma, Deputado Luiz Claudio Romanelli, porquê não responder essa questão da UEG Araucária. Por que não? Existe alguma coisa a ser escondida? A UEG Araucária, nesta tribuna aqui, o Governador Roberto Requião quando assumiu o primeiro mandato disse que a UEG Araucária era uma bomba relógio e que poderia explodir a qualquer momento. E depois, quando rompeu o contrato, ele teve em suas costas um processo de indenização que estava na Câmara Arbitral lá em Paris para ser julgado, para não pagar uma indenização de US\$ 850 milhões. Não o Governador, o Governo do Paraná, a sociedade do Paraná. Se compra, gastas quase meio bilhão de reais para comprar algumas ações. Agora, o Deputado Jocelito Canto pede algumas informações em relação à UEG Araucária, onde é que o Governo do Estado tem a maioria das ações, e por que a Assembléia não pode saber? Não entendo! Se não for aprovado, existe alguma coisa. Eu até pediria ao Deputado Jocelito, se for reprovado, entre no Ministério Público e peça as informações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Elio Rusch, não vou concordar com V. Exa. na retirada das notas taquigráficas da expressão, porque tenho certeza que o Deputado Jocelito Canto tem orgulho dos votos que teve em Ponta Grossa, sejam eles quantos forem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não roubei nenhum, não comprei nenhum. O Romanelli, eu não sei, mas eu não comprei nenhum.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então, não há razão para retirar das notas taquigráficas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não fui Presidente da Companhia de Habitação do Paraná.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Está aí o que eu falei no começo desta Sessão Plenária, Deputado Romanelli. Nós falamos sobre o pedido de informações. Um Parlamentar, um Deputado é eleito para fiscalizar, vem aqui para a Assembléia Legislativa para buscar informações. Eu não estou vendo nada de anormal em um pedido de informações, fala sobre um pedido de informações ao Diretor-Presidente da COPEL, o Sr. Rubens Guillard, solicitando informações e documentos referentes à UEG, a Usina Elétrica de Gás de Araucária. São três pedidos de informações. Na minha opinião, isso aqui não precisava ser votado. Em algumas Câmaras Municipais os pedidos de informações de Vereadores não são votados, somente quando deixam de prestar as informações é que voltam para Plenário para a devida votação.

Ora, os senhores me perdoem, mas temos que aprovar, sim, por respeito aos Parlamentares, todas as informações, seja de um Deputado de Oposição, seja de um Deputado independente, como é o Deputado Jocelito, ou um Deputado do Governo. Acredito que é respeito ao Parlamento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria dizer, antes de encaminhar a questão de ordem ao Deputado Romanelli, que tive a coragem de me candidatar a Prefeito e perdi a eleição porque eu não comprei nenhum voto, porque eu não tive nenhum Governador lá dizendo que iria fazer dois quilômetros de asfalto, eu não coloquei bandeiras na avenida, eu não corrompi pessoas. E é uma pena que o Deputado Romanelli tenha me impedido outro dia de mostrar aqui quem comprou voto em Ponta Grossa. Pena que ele, que é um democrata, que falou mal da ditadura agora, ele não deixou mostrar aqui, porque eu ia mostrar as pessoas dizendo que realmente venderam o seu voto. Mas, isso deve ser costume não sei de quem. Eu participei das eleições, fiz 48 mil votos, não enganei, não roubei ninguém, fiz uma campanha bonita, não prometi o que eu não podia cumprir, porque já fui Prefeito. E quem promete o que não pode cumprir é porque quer enganar o povo. Então, Deputado Romanelli, essa questão para mim está superada. Quem ganhou a eleição lá em Ponta Grossa foram os 250 quilômetros de asfalto, que eu espero que o Governador faça.

É uma pena que o irmão do Deputado Rangel tenha perdido a grande oportunidade que a lei permitia de, ainda no período eleitoral, entrar com uma ação e cassar o registro da candidatura do atual Prefeito, porque quando se faz esse tipo de promessa, isso é proibido pela lei. É uma pena que a assessoria jurídica do seu irmão não tenha percebido isso, porque quando o Requião entrou na eleição e disse que iria fazer 250 quilômetros de asfalto, ele prometeu algo que não podia ter prometido na campanha, ele como Governador do Paraná, desequilibrando o processo eleitoral em Ponta Grossa. É uma pena que existam essas questões de lei. Perdeu o Sandro a oportunidade de cassar o registro de candidatura do

Pedro Wosgrau, em cima desse compromisso de S. Exa. o Sr. Governador Roberto Requião, que paga os amigos com o golpe da facada no coração.

Sr. Presidente, foi uma questão de ordem, porque o Deputado Romanelli me atacou. V. Exa. não me ataque, porque tem mais "telhado de vidro" do que eu.

Agora, quero encaminhar o requerimento. Pedir a retirada do primeiro requerimento, porque recebi a Bancada da Oposição essas informações que me deixaram um pouco preocupado, porque eu nunca tinha ouvido falar nesta Casa que esses pedidos de informações tinham chegado até ela. Eu me assustei com os números que esses advogados receberam. Desde o tempo do Governo Lerner e depois do Requião. Começou com o Lerner fazendo esse contrato com essa empresa, depois o Requião dobrou, gastou mais com esses advogados de São Paulo. Esses advogados devem ter ganhado em torno de 5 a 6 milhões nesse processo, mais ou menos. Estou com cópias desses documentos aqui.

Os outros dois mantenho, porque eles vão nos mostrar exatamente quanto esses advogados receberam. Ao mesmo tempo nos mostrando como o estado comprou a UEG. Quero receber os empenhos para ver quanto o estado pagou por aquilo. Concordo com o Deputado Rusch, quando o Governador Requião veio aqui e disse que era uma bomba que iria estourar a qualquer momento, e ele vai lá e compra por uma fortuna essa empresa. Eu sei que foi pago tudo sem licitação. O Governador contratou por notória especialidade.

Deputado Romanelli, fui de bom coração com V. Exa., retirei o primeiro porque já tenho as informações que a Oposição me passou. Eu pediria que V. Exa. aprovasse os outros dois, porque eles somente complementam. Quero saber o quanto se gastou com essa empresa até o momento. Peço a V. Exa, que apenas libere a bancada, para apenas buscarmos informação. V. Exa. tem dito aqui que o Governo não tem nada para esconder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, respondendo a ele, queria que a nossa bancada votasse NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Vai se proceder à votação.

Os Deputados que forem favoráveis aos dois requerimentos do Deputado Jocelito Canto, votam com a expressão SIM. E os contrários, votem com a expressão NÃO.

Encerrada a votação.

Trinta e sete senhores presentes. Dezesete, SIM. Dezoito, NÃO.

Estão **rejeitados** os requerimentos.

Requerimento nº 3171, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3164 a 3166, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3156 e 3157, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, á hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 401, 418 e 434/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 084, 389, 411, 448/08 e do Projeto de Resolução n° 014/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 180, 201, 381 e 420/08 e do Projeto de Resolução n° 021/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1334/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 8911, datado de 14/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR, matrícula n° 333, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, com lotação no Serviço Médico Administrativo, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de n° 6174/70, licença especial de 06 (seis) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 10/03/94 - antecipado em razão da incorporação do decênio anterior a permitida à época - e 10/03/04. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei n° 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1335/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 8696, datado de 07/10/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NELSON DE LIMA CHAHIN, matrícula n° 40575, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade, nível NTC-04, com lotação na Diretoria Financeira, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de n° 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 e 22/12/02. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei n° 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Pedro Ivo, Reni Pereira e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 850/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 867/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Resolução n° 013/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, secretária desta Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

Flávia Baltazar - Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Sr. Deputado Edgar Bueno e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 152/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 174/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 208/08 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Teruo Kato. 04) Projeto de Lei nº 215/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 248/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Edgar Bueno. 06) Projeto de Lei nº 252/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 256/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Teruo Kato - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 049/08 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 108/08 de autoria do Deputado Elio

Rusch. Relator Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MAURO MORAES - Presidente

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Contrato de Prestação de Serviço

Protocolo: 9312/08

Data: 21/10/08

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
4º Termo de Aditivo ao Contrato de Prestação de
Serviços Fotográficos

Pelo presente instrumento, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette s/n - Centro Cívico, nesta capital, neste ato representado pelo Diretor Geral Dr. Abib Miguel, doravante denominada de contratante e a empresa Ticc color Vídeo Foto Som Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.986.321/0001-31, neste ato representada pelo sócio-gerente o Sr. Manoel Elísio Linhares, localizada na rua Conselheiro Laurindo, nº 502/506, nesta cidade, doravante denominada contratada, em face do procedimento licitatório autorizado através do Convite nº 088/05 e protocolado sob nº 5557/05, de acordo com a Lei nº 8666/93, mediante as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do Prazo Contratual

O presente Contrato de Prestação de Serviços ora aditado fica prorrogado pelo período de 01/01/09 a 31/12/09.

Cláusula Segunda

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte Recurso Financeiro nº 3390.3900.

Cláusula Terceira

O presente instrumento fica fazendo parte integrante, complementar e indissociável do contrato ora aditado e ficam ratificadas as demais cláusulas de acordo com a Lei nº 8666/93 e demais legislações pertinentes à matéria contratual e licitatória.

E por acharem assim justos e contratados, firmam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 01/01/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Contratante
MANOEL ELÍSIO LINHARES - Contratada